



ENSAIOS DE METAFÍSICA ANALÍTICA

JAEGWON KIM

DANILO VAZ-CURADO R. M. COSTA

JOSÉ MARCOS GOMES DE LUNA

ORGANIZADORES

DANILO VAZ-CURADO R. M. COSTA
JOSÉ MARCOS GOMES DE LUNA
Organizadores

ENSAIOS DE METAFÍSICA ANALÍTICA

JAEGWON KIM



RECIFE
2025

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP

Reitor – Prof. Dr. Pedro Rubens Ferreira Oliveira S.J.

Vice-Reitor – Prof. Dr. Delmar Araújo Cardoso, S.J.

Pró-reitor Administrativo – Prad – Prof. Dr. Pe. Carlos Fritzen, S.J.

Pró-reitor de Graduação – Prograd – Prof. Dr. Degislando Nóbrega de Lima

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação – Propesp – Profa. Dra. Valdenice José Raimundo

Diretor do Instituto Humanitas e Editor Chefe das Edições Humanitas – Prof. Dr. Lúcio Flávio Ribeiro Cirne SJ

Editores

Carlos Alberto Pinheiro Vieira

Daniilo Vaz-Curado R M Costa

José Maria da Silva Filho

Lúcio Flávio Ribeiro Cirne SJ

CONSELHO EDITORIAL DA EDIÇÕES HUMANITAS

Membros Internos

Profa. Dra. Carla Patrícia Pacheco Teixeira

Prof. Dr. Carlos Alberto Jahn, SJ.

Prof. Dr. Daniilo Vaz-Curado Ribeiro de Menezes Costa

Prof. Dr. Degislando Nóbrega de Lima

Prof. Dr. Delmar Araújo Cardoso, S.J.

Prof. Dr. Drance Elias da Silva

Profa. Dra. Flávia Tavares da Costa Ramos

Profa. Dra. Isabela Barbosa R. Barros

Prof. Dr. José Afonso Chaves

Prof. Dr. José Marcos G. de Luna

Profa. Dra. Maria do Rosário Silva

Profa. Dra. Rita Maria Gomes

Prof. Dr. Sérgio Sezino Douets Vasconcelos

Profa. Dra. Valdenice José Raimundo

Membros Externos

Prof. Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS (Brasil)

Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura – Universidade de Pernambuco (Brasil)

Prof. Dr. Daniel Leonard Everett – Bentley University (EUA)

Prof. Dr. Elton Vitoriano Ribeiro – FAJE (Brasil)

Prof. Dr. José Pinheiro Pertille – UFRGS (Brasil)

Prof. Dr. Erico Andrade Marques de Oliveira – UFPE (Brasil)

Prof. Dr. Betto Leite da Silva – UFPB (Brasil)

Profa. Dra. Maria Cecília Abdo Ferez – UBA (Argentina)

Prof. Dr. Miguel Angel Rossi – Instituto Gino Germani (Argentina)

Prof. Dr. Georg Sans – Hochschule für Philosophie (Alemanha)

Secretário Executivo: José Maria da Silva Filho

Diagramadora e capa: Lilian Maria de Oliveira

Revisado pelos organizadores

E59 Ensaios de metafísica analítica Jaegwon Kim [recurso eletrônico] / Daniilo Vaz-Curado R. M. Costa, José Marcos Gomes de Luna organizadores. -- Recife : Humanitas, 2025.
80 p.

ISBN 978-65-01-48978-0 (E-Book)

1. Metafísica. 2. Análise (Filosofia). 3. Filosofia da mente.
4. Kim, Jaegwon. I. Costa, Daniilo Vaz-Curado R. M. org.
II. Luna, José Marcos Gomes org.

CDU 111
Pollyanna Alves CRB-4/1002

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial de Edições Humanitas.
Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro, ou de seus capítulos, para fins comerciais. A referência às ideias e trechos deste livro deverá ser necessariamente feita com atribuição de créditos aos autores e à Edições Humanitas.

Esta obra ou os seus artigos expressam o ponto de vista dos autores e não a posição oficial da Edições Humanitas da Universidade Católica de Pernambuco

Sumário

Apresentação	4
1 Superveniência e leis “não estritas” podem salvar o monismo anômalo?	6
2 O mito do materialismo não-reutivo	19
3 Conexões não-causais	49
4 Pós-escrito sobre causação mental I. Causação mental como causação superveniente	66
5 Pós-escrito sobre causação mental II. Realização física e causação mental	74

Apresentação

O livro que ora se publica é um compilado de 05 (cinco) textos de Jeagwon Kim, importante filósofo da tradição analítica que em diálogo com os temas centrais da filosofia – metafísica, mereologia, filosofia da mente, filosofia da ação entre outros – nos coloca frente a um panorama ao mesmo tempo universal e atualíssimo.

O conjunto de escritos que aqui se publica é composto por textos que foram tornados públicos em revistas e livros, em sua grande parte no seio de intensos debates filosóficos notadamente frente a Donald Davidson, interlocutor privilegiado, mas não o único, dos textos e da reflexão de Jeagwon Kim.

Esta coleção de textos oportuniza uma primeira introdução ao leitor brasileiro de alguns textos seus sobre superveniência, causalção, materialismo não-redutivo e filosofia da mente.

Tanto o iniciado como os estudantes encontrarão neste pequeno conjunto de textos instigantes reflexões sobre a natureza da causalção e dos eventos, uma intrigante e atual incursão acerca dos problemas oriundos da superveniência e suas relações com a análise do problema mente-corpo.

Um tema central em filosofia da mente é a assim chamada causalidade do mental ou como explicar o papel da mente em influenciar cau-

salmente processos físicos, e neste conjunto de textos há considerações incontornáveis sobre estas questões.

Este volume pretende ser o primeiro de uma série de livros que objetivam oportunizar em língua portuguesa ensaios de filosofia analítica que permitam às pesquisas o diálogo com os clássicos do pensamento contemporâneo, entendido não em termos temporais, mas de vigência argumentativa.

Esperamos que os leitores e as leitoras possam apreciar esta publicação e dela se aproximar com espírito crítico e produtivo, fazendo-a como ponte para novas respostas àqueles problemas filosóficos centrais, tudo com rigor, clareza e distinção como se espera de textos argumentativamente construídos.

Por fim, agradecemos às Edições Humanitas a acolhida da presente obra a Iago Macedo (Bolsista CNPq), o auxílio na leitura e na revisão de parte do manuscrito e Lílian Oliveira pela diagramação e a designer da capa.

Danilo Vaz-Curado R. M. Costa
José Marcos Gomes de Luna

CAPÍTULO 1

Superveniência e leis “não estritas” podem salvar o *monismo anômalo*?^{1*}

No texto “*Thinking Causes*”, Donald Davidson propõe defender sua doutrina do “monismo anômalo” (AM) contra “mal-entendidos e deturpações” de seus críticos, inclusive eu, que chamaram a atenção para as suas tendências epifenomenalistas². Embora parte do que vou dizer seja uma resposta direta aos pontos específicos de Davidson, acredito que surgirão vários pontos de interesse mais geral.

I. Estão os críticos do Monismo Anômalo [AM] eivados de Inconsistência (ou AM + P)

Monismo Anômalo [AM] é a afirmação de que, embora as propriedades mentais sejam irreduzíveis aquelas físicas, os eventos mentais são de fato eventos físicos; e P é a conjunção de “três premissas”, como

¹ *Do original *Can Supervenience and “Non-Strict” Laws Save Anomalous Monism?* In *Essays in the Metaphysics of Mind*, Jaegwon Kim, Oxford University Press, Nova Iorque, 2010, pp.234-242. Traduzido por Danilo Vaz-Curado R. M. Costa e José Marcos Gomes de Luna, a presente tradução teve suporte do projeto de pesquisa Normas, Máximas e Ação, processo APQ 0132-7.01/2014-2024 financiado pelo FACEPE.

² “Thinking Causes,” in John Heil and Alfred Mele, *Mental Causation* (Oxford: Oxford University Press, 1993).

Davidson as chama, do *AM*: (1) eventos mentais causam e são causados por eventos físicos; (2) eventos causalmente relacionados instanciam leis “estritas”; e (3) não existem leis psicofísicas “estritas”. Davidson cita-me como tendo dito que “sob o monismo anômalo de Davidson, a atividade mental [*mentality*] não realiza trabalho causal”³, e ele aparentemente leva essa observação para contradizer (1) e, portanto, *AM + P*. O que ele diz é o seguinte:

Se a “mentalidade não realiza trabalho causal” significa que eventos mentais não entram em relações causais, a primeira premissa de *AM* é falsa, pois diz que eventos mentais causam e são causados por eventos físicos. Isso não é suficiente para provar que o próprio *AM* é inconsistente, mas certamente mostraria as três premissas de *AM* inconsistentes entre si.⁴

Eu não contesto nada disso. O que é curioso, porém, é que Davidson não defende, ou mesmo afirma explicitamente, o que a leitura de “mentalidade não realiza trabalho causal” sugere na primeira frase desta citação. Assim é intrigante por que ele está tão certo de que tenha caracterizado *AM + P* como inconsistente; o parágrafo em que minha sentença contestada ocorre deixa bem claro, ousado dizer, que por “mentalidade” eu estava me referindo a propriedades, não eventos mentais individuais⁵.

³ J. Kim, “The Myth of Nonreductive Materialism,” *Proceedings of the American Philosophical Association* 63 (1989), p.35.

⁴ “Thinking Causes,” p. 6

⁵ A sentença que precede imediatamente a que está em questão diz o seguinte: “monismo anômalo implica que: a mesma rede de relações causais se obteria no mundo de Davidson se você redistribuísse as propriedades mentais sobre seus eventos da maneira que você quiser; você não perturbaria uma única relação causal se você aleatoriamente e arbitrariamente reatribuísse propriedades mentais a eventos, ou mesmo removesse a mentalidade inteiramente do mundo” (Kim, “O Mito do Materialismo Não-Redutivo”, pp. 34-35).

No contexto de $AM + P$, a afirmação “Eventos mentais causam eventos físicos” só chega à asserção, que não é contestada por seus comentadores, que eventos com alguma propriedade mental ou outras são causas de eventos com alguma propriedade física ou outras. A dificuldade que foi expressa por muitos críticos cujos nomes Davidson cita, com uma unanimidade impressionante, embora nada surpreendente, é precisamente que a verdade dessa asserção não garante a eficácia causal das propriedades mentais (compare: “Estas pílulas laranja vão aliviar sua dor de cabeça”).

II. Tem os críticos do Monismo Anômalo [AM] incorrido em erro ao afirmar que $AM + P$ é uma forma de epifenomenalismo?

Deve-se admitir que os comentadores de Davidson nem sempre foram cuidadosos em distinguir entre as duas afirmações a seguir: (1) $AM + P$ implica a inércia causal das propriedades mentais, e (2) $AM + P$ falha em fornecer propriedades mentais com um papel causal. De acordo com Davidson, (1) é falso; e nisso ele está indiscutivelmente certo⁶. No entanto, isso não absolve necessariamente $AM + P$ da acusação de epifenomenalismo; pois se algo que pretende ser uma teoria da causação mental não atribui nenhum papel causal às propriedades mentais – se ela não tem nada a dizer sobre os poderes causais das propriedades mentais enquanto diz muito sobre as propriedades físicas - a teoria pode, me parece, razoavelmente ser considerada epifenomenalista no que diz respeito às

⁶ Acredito que Brian McLaughlin foi o primeiro a discutir esse ponto; veja seu “Type Epiphenomenalism, TypeDualism, and the Causal Priority of the Physical,” *Philosophical Perspectives* 3 (1989): 109–135.

propriedades mentais. Claramente (2) é verdade, e nunca foi seriamente contestada; e os defensores do *AM* se concentraram, em geral, em estender ao *AM* adicionando uma consideração positiva da eficácia causal das propriedades mentais⁷. Na verdade, essa é a própria abordagem de Davidson em '*Thinking Causes*': ele quer complementar *AM + P* com superveniência (*S*), e talvez também com “leis não-estritas”, para restaurar eficácia causal às propriedades mentais, reconhecendo tacitamente que dentro da estrutura de *AM + P* as propriedades mentais não têm nenhum papel causal a desempenhar.

III. Tentaram os críticos transformar a relação causal numa relação intensional multitermo dependente da descrição?

Ao longo de “*Thinking Causes*”, Davidson reclama que seus críticos tentaram transformar a relação binária de causação, “*c causa e*”, em uma relação multitermo (isto é, mais do que binária), possivelmente não-extensional; relação através do emprego de expressões como “*c qua P causa e qua M*”, “*c sob descrição D causa e sob a descrição D**,” etc⁸. Ele está ansioso para defender a causação como uma relação binária extensional

⁷por exemplo. *ibid.*; Ernest LePore e Barry Loewer, “Mind Matters”, *Journal of Philosophy* 84 (1987): 630-640. Ver também T. Horgan, “Mental Quausation”, *Philosophical Perspectives* 3 (1989): 47-76; C. e G. MacDonald, “Mental Causes and Explanation of Action”, *Philosophical Quarterly* 36 (1986): 145-158. As estratégias que foram tentadas incluem o uso de leis não-estritas e certos contrafactuais causais.

⁸Davidson me inclui entre aqueles que usaram tais expressões, com base em meus escritos “sobre monismo anômalo, os eventos são causas apenas quando instanciam leis”. O culpado à luz de Davidson é a palavra “como”; que usei no sentido de “porque” ou “desde que”, mas Davidson aparentemente toma no sentido de “qua” ou “no papel de”, o que é um pouco curioso, já que “como [as]” na minha frase funciona como construção gramatical, não uma preposição.

cujos relata são eventos concretos (“não importa como descrito”). Mas nada disso tem muito a ver com a questão principal em jogo, e livrar-se dessas locuções reconhecidamente deselegantes não vai fazer isso encerrar. A questão sempre foi a *eficácia causal das propriedades dos eventos – não importa como eles, os eventos ou as propriedades, são descritos*. O que os críticos têm argumentado é perfeitamente consistente com a própria causação sendo uma relação extensional de dois-termos sobre eventos concretos; seu ponto é que tal relação não é suficiente: também precisamos de uma maneira de falar sobre o papel causal das propriedades, o papel das propriedades dos eventos em gerar, ou fundamentar, essas duas chamadas relações causais entre eventos concretos.

Para falar sobre o papel das propriedades na causação, não precisamos introduzir a locução “*qua*” ou qualquer outra relação causal multitermo, embora eu não veja nada em princípio censurável sobre isso; tudo o que é necessário é o reconhecimento de que faz sentido fazer perguntas da forma “O que há nos eventos c e o e que faz com que c seja uma causa de e ?” e que às vezes somos capazes de respondê-las, de forma inteligível e informativa, dizendo algo como “Porque c é um evento do tipo F e e é um do tipo G (e, você pode acrescentar se você for a favor de uma concepção nômica de causalidade, que existe uma lei de forma apropriada conectando eventos- F com eventos- G).

Isto é apenas para reconhecer que a relação causal é obtida entre um par de eventos *porque são eventos de certos tipos, ou têm certas propriedades*. Como alguém poderia se recusar a reconhecer isso - a menos, isto é, que ele acreditasse que relações causais são fatos brutos sobre eventos, não tendo nada a ver com o tipo de eventos que eles são? De fato, o próprio Davidson reconhece no fim, que faz sentido discutir a re-

levância causal das propriedades; para, depois de tudo, ele oferecer uma resposta, baseada em superveniência e leis não-estritas.

IV. É possível ter superveniência psicofísica sem leis psicofísicas?

Bem, isso depende de que tipo de superveniência você tem em mente.⁹ Davidson diz que cometi um erro sobre a lógica da superveniência em associar estritamente a superveniência às leis; segundo ele, “a superveniência não implica a existência de leis psicofísicas”, porque “embora a superveniência implique que qualquer mudança em uma propriedade mental *P* de um determinado evento *E* será acompanhado por uma mudança nas propriedades físicas de *E*, isso não implica que uma mudança em *P* em outros eventos será acompanhado por uma mudança idêntica nas propriedades físicas desses outros eventos”¹⁰. Até agora tudo bem. Mas ele continua acrescentando, “somente a última implicação entraria em conflito com *AM + P*.” Aqui, Davidson está claramente procurando o tipo errado de lei; quando a questão da lei é discutida em conexão com a superveniência, quase sempre diz respeito a leis *de* propriedades de base (ou subveniente) às propriedades supervenientes (assim, Leis físico-para-mental), não leis que vão na direção oposta (leis mentais-para-físicas). Assim, suponha que dois sistemas estejam no mesmo estado físico total (em tempos iguais ou diferentes); superveniência psicofísica implica isso: *se os sistemas mudam em algum aspecto físico idêntico Q, eles devem*

⁹ Ver J. Kim, “Concepts of Supervenience,” *Philosophy and Phenomenological Research* 45 (1984):153–176 e “Supervenience as a Philosophical Concept,” *Metaphilosophy* 21 (1990): 1–27.

¹⁰ “Thinking Causes,” p. 7

mudar de forma idêntica com respeito ao aspecto psicológico M. De fato, a superveniência mente-corpo (e a superveniência em geral) pode ser explicada em termos da existência de generalizações do subveniente ao superveniente, assim: sempre que alguma coisa tem a propriedade mental *M* há alguma propriedade física *Q* tal que tem *Q* e tudo que tem *Q* tem *M*. Em certas suposições plausíveis sobre composições de propriedades, esta formulação é comprovadamente equivalente a definição usual de superveniência em termos de indiscernibilidade em relação a propriedades supervenientes e de base.¹¹ É claro que há uma questão de se o tipo de superveniência que Davidson diz ter em mente, que parece ser equivalente ao que chamei de “superveniência fraca”, pode conferir a essas generalizações uma força nômica apropriada; mas isso não é um pergunta que Davidson levanta e, de qualquer forma, há uma dúvida sobre se a superveniência fraca pode fornecer o tipo de relação de dependência que a maioria dos filósofos querem associar com a superveniência¹².

V. Pode *AM + P + S* (isto é, a Superveniência Davidsoniana) fornecer uma resposta satisfatória à relevância causal das propriedades mentais?

Sobre esta questão, Ernest Sosa elenca uma série de pontos convincentes em seu texto de resposta, “*Davidson’s Thinking Causes*”¹³, com a qual estou, em geral, de acordo. Então, elencarei apenas um ponto¹⁴.

¹¹ Ver Kim, “Concepts of Supervenience,” e “‘Strong’ and ‘Global’ Supervenience Revisited,” *Philosophy and Phenomenological Research* 48 (1987): 315–326.

¹² ver Kim, “Concepts of Supervenience.”

¹³ Em Heil and Mele (eds.), *Mental Causation*, chap. 4.

¹⁴ Eu mesmo dei uma explicação da causalidade mental com base na superveniência; veja por exemplo Kim, “Causalidade, identidade e superveniência no problema mente-corpo”, *Midwest Studies in Philosophy* 4 (1979): 31-49 e “Epiphenomenal and Supervenience

“Relevância causal” pode ser uma coisa; “eficácia causal” outra. Um epifenomenalista pode argumentar, imitando Davidson, que, em seu ponto de vista, as propriedades mentais são de fato causalmente relevantes, pois, segundo sua doutrina, quais propriedades mentais um evento tem que faz diferença para quais propriedades físicas ele tem, e quais propriedades físicas são causalmente eficazes. Mas isso não significa que ele contradiz ele mesmo ao se recusar a permitir a eficácia causal às propriedades mentais. Se isso é certo, a superveniência pode, na melhor das hipóteses, mostrar que as propriedades mentais são causalmente relevantes, não que elas sejam causalmente eficazes. E parece que para sustentar o tipo de posição que ele defendeu em “*Ações, Razões e Causas*” (1963),¹⁵ Davidson pode muito bem precisar de eficácia causal, e não apenas relevância causal, para propriedades mentais. A mera relevância causal parece muito fraca para apoiar o “porque” causal-explicativo em explicações racionalizantes. E parece-me que a maioria dos filósofos que acreditam em causalidade mental iriam querer eficácia, e não apenas relevância.

VI. O que se segue de AM + P + NS (Leis Psicofísicas ‘Não-Estrita’)?

Do texto “*Thinking Causes*”, não estou certo de que Davidson queira abraçar leis psicofísicas não-estritas para explicar a eficácia causal de propriedades mentais, embora essa seja a impressão que se obtém. Em

Causation”, *Midwest Studies in Philosophy* 9 (1984): 257-270. Meu relato se baseia em uma relação de superveniência mais forte que a de Davidson. Eu sou inclinado a pensar, no entanto, que mesmo essa relação de superveniência mais forte pode não ser forte o suficiente para uma explicação totalmente adequada da causalidade mental.

¹⁵ *Journal of Philosophy* 60: 685–700.

qualquer caso, penso que existem algumas dificuldades sérias com esta abordagem para quem aceita $AM + P$. Se NS pode se encaixar confortavelmente com $AM + P$ é uma questão que tem que esperar até que estejamos de posse de uma explicação mais clara do que exatamente consiste a “não rigidez” das leis não-estritas, ou justamente que frase muito cogitada “*ceteris paribus*” significa quando qualifica uma lei. Davidson diz que sua posição é consistente com a defesa de Fodor da eficácia causal baseada em leis não-estritas protegidas por cláusulas “*ceteris paribus*”. Mas seria desaconselhável que o monista anômalo comprasse a noção de Fodor acerca das leis “*ceteris paribus*”. Pois, de acordo com Fodor, tal lei tem algo como esta forma, “Existem condições C_1, \dots, C_m tais que quando são satisfeitas, os *eventos-F* causam *eventos-G*”; e quando o C_i tem sido identificados, isso nos dará uma lei estrita da forma “Sob C_1^*, \dots, C_m^* , *eventos-F* causam *eventos-G*”, onde cada C_i^* é algum valor da variável C_i que satisfaz a sentença aberta no interior¹⁶. Assim, nesta situação, uma lei não-estrita é simplesmente uma lei estrita com algumas de suas condições antecedentes quantificadas existencialmente. Mas isso significa que *onde há uma lei psicofísica não-estrita, deve haver uma lei psicofísica estrita esperando para ser descoberta*. Penso que é óbvio que o monista anômalo deve rejeitar essa noção de lei não-estrita.

Além disso, parece-me que, no entanto, o não rigor das leis não-estrita são explicadas, as leis não-estritas são leis e devem conter uma força nomológica apropriada; dado isso, não é óbvio que os fundamentos do argumento de Davidson contra as leis psicofísicas possam permitir até

¹⁶ J. Fodor, “Making Mind Matter More,” *Philosophical Topics* 17 (1989): 75–76.

mesmo leis não-estritas entre o mental e o físico. Pelo que entendi¹⁷, a essência do argumento é algo assim: o domínio mental e o domínio físico, cada um deles é governado por seus próprias limitações constitutivas sintéticas a priori (princípios de racionalidade, no caso do mental), e a existência de leis psicofísicas com sua forte força nômica em última análise, coloca esses dois conjuntos de princípios constitutivos em conflito, ou, ao menos em disputas jurisdicionais. Portanto, se cada domínio deve manter sua própria integridade, não pode haver leis que os conectem. Não está claro por que este argumento, se conseguir banir leis psicofísicas estritas, não banirá também as leis não-estritas; pelo menos, uma explicação é necessária. Eu tenho sempre pensado que o poder do argumento davidsoniano para o anomalismo do mental é visto no fato de que, se funciona para todos os casos, deve funcionar contra as leis de todos os tipos - por exemplo, leis estatísticas, bem como as de tipo determinísticas (afinal, apenas as leis estritas que temos podem ser estatísticas). Lembre-se: leis não-estritas, o que quer que elas sejam, devem ser leis!

VII. Existem outras razões para ser cauteloso de NS (Leis ‘Não-Estritas’) se você for um Monista Anômalo?

Sim, existem. Primeiro, se você aceitar leis não-estritas como fundamento nomológico de relações causais, você precisará de uma justificativa convincente para manter o argumento de Davidson sobre a causalidade a partir de leis estritas. Pode-se constatar, de fato, que havendo leis de ambos os tipos fundamentando as relações causais se abre um

¹⁷Kim, “Psychophysical Laws,” in Ernest LePore and Brian McLaughlin (eds.), *Actions and Events: Perspectives on the Philosophy of Donal Davidson* (Oxford: Blackwell, 1985)

novo problema sério, “o problema da exclusão”¹⁸. Suponha que um evento mental, *m*, cause um evento *e* (que pode ser mental ou físico); *m*, como um evento mental, deve ter alguma propriedade mental, *M*, e vamos supor que *M*, em virtude de uma lei psicofísica não-estrita relacionando-o a alguma propriedade física de *e*, é causalmente eficaz na causação em *m* de *e*. Mas, dada a exigência de lei estrita, *m* também deve ter uma certa propriedade física básica *P* que está conectada, por uma lei estrita, a alguma propriedade (presumivelmente, outra propriedade física básica) de *e*, e este fato fundamenta a relação causal entre *m* e *e*. Assim, *m* volta a ter duas propriedades, cada uma das quais é causalmente eficaz na causação em *m* de *e*, e em *AM*, *M* e *P* são irreduzivelmente distintas. Nós agora estamos face a esta questão: dado que a relação causal de *m* para *e* é fundamentada em propriedades físicas básicas de *m* e *e* frente uma lei estrita relacionando-os, que trabalho causal existe para *M* fazer?¹⁹ O papel causal preciso de *M* neste quadro — exatamente qual contribuição *M* faz na causa de - *e* — está precisando de uma explicação. Existem vários movimentos que se pode fazer neste momento, mas o problema existe, especialmente para os adeptos do *AM*.

O problema da exclusão é um problema geral com causação mental, algo que a maioria de nós tem que enfrentar. Há, porém, mais um problema específico com *NS* que Davidson e os amigos de *AM* parecem não reconhecer. É o seguinte: *NS* pode colocar o antirreducionismo em sério risco. Ainda se pode manter a afirmação de Davidson de que a psi-

¹⁸ Ver See Kim, “Mechanism, Purpose, and Explanatory Exclusion,” *Philosophical Perspectives* 3 (1989):77–108.

¹⁹ LePore e Loewer levantam uma dificuldade semelhante em “Mind Matters” com respeito ao relato de Fodor sobre causação mental em termos de leis psicológicas *ceteris paribus*. Há uma breve discussão sobre o assunto em “Thinking Causes”.

cológia não é redutível, a uma lei estrita, a alguma teoria física subjacente. Mas por que insistir acerca da redução apenas para leis estritas? *O que há de errado com leis psicofísicas não-estritas como leis de ligação* (Bridge)? Esta não é uma pergunta ociosa; nem é uma questão meramente verbal. Pois parece haver um consenso geral, entre aqueles que falam da “rigidez” das leis, que não existem leis estritas fora da física básica, e Davidson parece concordar.²⁰ *Se isso estiver correto, não haverá, e nunca houve, qualquer redução em qualquer lugar na ciência - isto é, se você insistir em redução por meio de leis estritas. Você encontrará leis rígidas apenas na física básica, e você não vai reduzir a física básica à física básica! (Pelo menos você não encontrará reduções fora da física básica.)* Isso certamente não pode ser uma sensação de redução que tem sério interesse filosófico para nós. Se a psicologia é redutível pelos mesmos padrões que se aplicam aos melhores casos de redução de teoria nas ciências (escolha seus exemplos favoritos), por que essa redução não é suficiente? Tem havido uma tendência, entre alguns anti-reducionistas, para basear seus argumentos em um rigor irrealista e num modelo idealizado de redução, enfraquecendo assim suas conclusões.

Acho que “leis não-estritas” são más notícias para monistas anômalo. Ao abraçá-los, eles podem acabar perdendo o anomalismo do monismo anômalo.

²⁰Davidson diz: “Deixei claro que o que eu estava chamando de lei neste contexto era algo que alguém poderia, na melhor das hipóteses, esperar encontrar em uma física desenvolvida” (“Thinking Causes”, p. 8). Outros que detêm a mesma perspectiva incluem Fodor e LePore e Loewer. Não tenho certeza se entendi o que Davidson quer dizer pela “física desenvolvida”; seja o que for, segue-se que Davidson não encontrará nenhuma redução fora da “física desenvolvida”.

CAPÍTULO 2

O Mito do materialismo não-reduutivo^{1*}

O reducionismo de todos os tipos está em desuso há muitos anos. Alguns entre nós agora consideraria seriamente a possibilidade de que expressões éticas sejam definíveis, ou redutíveis em algum sentido mais amplo, em termos de expressões “descritivas” ou “naturalistas”. Não estou seguro de quantos de nós pode lembrar, com detalhes vívidos o suficiente, a questão que uma vez foi vigorosamente debatida sobre as assim chamadas “declarações de objetos físicos” são traduzíveis em declarações sobre os aspectos fenomenais da experiência perceptual, sejam estes concebidos como “dados dos sentidos” ou como alguma forma de “ser para”. Você pode se lembrar da ideia de que os conceitos das teorias científicas devem ser reduzidos, via “definições operacionais”, a procedimentos intersubjetivamente performáveis cujos resultados possam ser apurados através da observação. Isso soou bem - propriamente teimoso e intransigente - mas não demorou muito para que filósofos e cientistas percebessem que uma contração restritiva desse tipo não era

^{1*}Do original “The Myth of Nonreductive Materialism,” *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association* 63 (1989): 31. Traduzido por Danilo Vaz-Curado R. M. Costa e José Marcos Gomes de Luna, a presente tradução teve suporte financeiro dentro do projeto de pesquisa Normas, Máximas e Ação, processo APQ 0132-7.01/14 financiado pelo FACEPE.

executável nem necessária — não necessário para salvaguardar a ciência da ameaça da metafísica e da pseudociência. Esses reducionismos não passam de peças de museu.

Na filosofia da mente passamos por muitos reducionismos; alguns desses, como o behaviorismo lógico, foram extintos há muitos anos; outros, mais notavelmente, a teoria da identidade psiconeural, tem sido repetidamente declarada morta; e ainda outros, como as versões do funcionalismo, ainda persistem, embora com graus variados de dificuldade. Talvez como resultado do insucesso singular com que os nossos esforços reducionistas anteriores foram recompensados, uma imagem negativa parece emergir para reducionismos em geral. Muitos de nós têm a sensação de que há algo rígido e tacanho nas estratégias reducionistas. Os reducionismos, tendemos a sentir, tentam nos impor uma visão monolítica e uma visão de camisa-de-força do assunto, o tipo de imagem limpa e arrumada que apela para aqueles obcecados com a ordem e a disciplina. Talvez essa impressão tenha algo a ver com os encantamentos rituais reducionistas de slogans como “parcimônia”, “simplicidade”, “economia” e “unidade”, todas elas virtudes de um caráter de tipo bastante puritano. Talvez, também, os reducionismos estejam fora de sintonia com o estilo intelectual do nosso tempo: lutamos por padrões de vida e pensamento que são ricos em diversidade e complexidade e tolerantes com desacordos e multiplicidade. Estamos propensos a pensar que o mundo real é um lugar confuso e resiste a qualquer impulso simplista, especialmente aquele levado a partir da poltrona, rumo à simplificação e unificação. Na verdade, a palavra “reducionismo” parece agora ter adquirido um sabor negativo e levemente desacreditado - pelo menos em filosofia da mente. Ser reducionista é um pouco como ser um positivista lógico ou membro da Velha Esquerda - uma aura de ingenuidade doutrinária paira sobre ele.

De qualquer forma, o reducionismo no problema mente-corpo está fora de moda há duas décadas; já faz tanto tempo desde o fim inesperadamente precoce da teoria da identidade psiconeural, uma doutrina anunciada por seus proponentes como aquela que estava em sintonia com uma visão de mundo adequadamente informada pelo melhor da ciência contemporânea. Surpreendentemente, o abandono do reducionismo psiconeural não levou a um ressurgimento do dualismo. O que é curioso, pelo menos em termos das expectativas estabelecidas através dos primeiros debates acerca da relação mente-corpo, é o fato de que aqueles que renunciaram ao reducionismo permaneceram com o fisicalismo. A característica distintiva das teorias mente-corpo que surgiram na esteira da teoria da identidade é a crença, ou a esperança, que alguém possa ser um físico bondoso e honesto sem ser ao mesmo tempo um reducionista. De fato, uma visão correta e realista da ciência como ela é praticada nos mostrará, os novos fisicalistas asseguram-nos que, como um relato da relação de nível transversal (cross-level) entre teorias, o reducionismo clássico é insustentável em todos os lugares, não apenas sobre a relação psicofísica. A ideia principal em tudo isso foi o pensamento que podemos aplacar nossos escrúpulos fisicalistas abraçando o “fisicalismo ontológico”², a afirmação de que tudo o que existe no espaço-tempo é físico, mas, ao mesmo tempo, aceitar o “dualismo de propriedade”, um dualismo sobre atributos psicológicos e físicos, insistindo que os conceitos ou propriedades psicológicas formam um domínio irreduzível e autônomo. A questão que quero explorar aqui é se um fisicalista robusto pode ou não, consistente e plausivelmente, afastar-se do reducionismo - isto é, tenha ou não uma forma substancial de fisicalismo que pode ser combinada com a rejeição da redução psicofísica.

² Ao longo de todo o trabalho, usarei “fisicalismo” e “materialismo” (e seus derivados) alternadamente; da mesma forma, “mental” e “psicológico”

Para colocar minhas cartas na mesa, vou argumentar que uma posição de meio-termo do tipo que acabamos de descrever não está disponível. Mais especificamente, vou afirmar que um fisicalista tem apenas duas opções genuínas, eliminativismo e reducionismo. Ou seja, se você já se comprometeu com uma versão do fisicalismo digna desse nome, você deve aceitar a redutibilidade do psicológico ao físico, ou, na falta disso, você deve considerar o psicológico como caindo fora de sua ontologia fisicalisticamente respeitável. Claro, você pode decidir reconsiderar seu compromisso ao fisicalismo; mas não considerarei aqui quais alternativas não-fisicalistas possam haver que ainda são possibilidades vivas para nós. Então, se eu estiver certo, as escolhas que enfrentamos em relação ao problema mente-corpo são bastante duras: existem três - dualismo antifisicalista, reducionismo e eliminativismo.

II

As pressões oriundas de duas fontes foram em grande parte responsáveis, creio, do declínio do reducionismo na filosofia da mente, um declínio que começou no final da década de 1960. Um deles foi o “Anomalismo do Mental”, de Donald Davidson, a doutrina de que não existem leis precisas ou estritas sobre eventos mentais³. Segundo Davidson, o mental é anômalo não somente porque não há leis que relacionem eventos mentais com outros eventos mentais, mas porque não há nenhuma lei relacionando-os a eventos físicos também. Isso significava que não há ligame nomológicos entre o mental e o físico disponíveis para permitir a redução do primeiro ao segundo. A segunda pressão anti-reducionista veio de uma linha de argumentação baseada no fenômeno das “múl-

³ Ver Davidson, «Mental Events» in *Essays on Actions and Events* (Oxford: Oxford University Press, 1980). Este texto foi publicado primeiramente em 1970.

tipas realizabilidades” dos estados mentais, que Hilary Putnam trouxe com força à atenção filosófica, reivindicando que refutou diretamente o materialismo reduutivo de Smart e Feigl⁴. Jerry Fodor e outros desenvolveram essa ideia em um argumento antirreducionista geral, avançando a afirmação de que as “ciências especiais”, como a psicologia, a sociologia e a economia, são em geral irreduzíveis à teoria física, e que o materialismo reduutivo, ou a “teoria da identidade de tipo”, é geralmente falsa enquanto teoria sobre a ciência⁵. Os fisicalistas anteriores teriam considerado a irreduzibilidade como evidência mostrando que o mental está além dos limites de uma ontologia cientificamente respeitável; isto é, eles teriam inferido o eliminativismo da irreduzibilidade. Esta foi, de fato, a resposta de Quine ao problema da intencionalidade⁶. Mas não para os fisicalistas modernos: para eles, a irreduzibilidade significa apenas que a psicologia e outras ciências especiais são “autônomas”, e que um fisicalista pode, com coerência e boa consciência, aceitar a existência desses domínios autônomos isolados dentro da Ciência.

Começemos com Davidson. Como observado, a Anomalia do Mental pode ser pensada como a conjunção de duas afirmações: primeiro, a afirmação de que não existem leis puramente psicológicas, isto é, leis que conectam eventos psicológicos com outros eventos psicológicos e, segundo, a afirmação de que não existem leis conectando eventos psi-

⁴ Ver Putnam, “The Nature of Mental States” in *Mind, Language, and Reality: Philosophical Papers*, vol. II (Cambridge: Cambridge University Press, 1975). Este artigo foi primeiramente publicado em 1967.

⁵ Jerry Fodor, “Special Sciences, or the Disunity of Science as a Working Hypothesis”, *Synthese* 28 (1974): 97-115. Ver também Richard Boyd, «Materialism without Reductionism: What Physicalism Does Not Entail», in *Readings in Philosophy of Psychology*, ed. Ned Block (Cambridge: Harvard University Press, 1980).

⁶ Como é a resposta de alguns eliminativistas recentes; ver, por exemplo, Paul Churchland, “Eliminative Materialism and the Prepositional Attitudes», *Journal of Philosophy* 78 (1981): 67-90.

cológicos com eventos físicos. A segunda alegação, que poderíamos chamar de “anomalismo psicofísico”, é o que está por trás do argumento de Davidson contra o reducionismo. O argumento é simples e direto: o fim do behaviorismo analítico destruiu a ideia de que o mental poderia ser por definição reduzido ao físico. Além disso, o Anomalismo Psicofísico mostra que uma redução nomológica do mental também não é possível. A suposição implícita sobre a redução neste argumento é aquela amplamente compartilhada: redução de uma teoria a outra requer a derivação das leis da teoria reduzida àquela redutora, e para que isso seja possível, os termos da primeira teoria devem estar adequadamente conectados, por meio de “princípios de ligação [*Bridge*]”, com aqueles do segundo. E os princípios de ligação [*Bridge*] devem ser conceitualmente escritos como definições, ou então expressar correlações empíricas semelhantes a leis. (“leis de ligação [*Bridge*]” ou “identidades teoréticas”)⁷.

Sendo bem direto de agora em diante. O que chamou a atenção foi a maior das conclusões filosóficas que Davidson inferiu dessas considerações. Longe de derivar algum tipo de dualismo, ele os usou para defender um monismo materialista. Seu argumento é bem conhecido, mas vale a pena repetir. Eventos mentais, observou Davidson, entram em relações causais com eventos físicos⁸. Mas as relações causais devem ser apoiadas por leis; ou seja, relações causais entre eventos individuais devem instanciar regularidades oriundas de leis. Como não existem leis sobre o mental, seja psicofísico ou puramente psicológico, qualquer relação causal envolvendo um evento mental deve instanciar uma lei física,

⁷ A fonte clássica sobre redução é Ernest Nagel, *The Structure of Science* (New York: Harcourt, Brace & World, 1961), ch. 11.

⁸ Na verdade, o argumento pode prosseguir com uma premissa mais fraca, no sentido de que eventos mentais entram em relações causais, seja com eventos físicos ou com outros eventos mentais.

da qual se segue que o evento mental tem uma descrição física ou se enquadra em um tipo de evento físico. Disto segue-se ainda que o evento é um evento físico. Pois um evento é físico (ou mental) se ele se enquadra em um tipo de evento físico (ou um tipo de evento mental).

Segue-se então que todos os eventos são eventos físicos - na suposição que todo evento entra em pelo menos uma relação causal. Esta suposição parece totalmente sem problemas, pois apenas deixa de fora eventos que são *sem causa* e *sem efeito*. Se existem tais eventos, é difícil ver como sua existência pode ser conhecida por nós; acredito que poderíamos ignorá-los com segurança. Então imagine um universo de eventos Davidsoniano: todos esses eventos são eventos físicos, e alguns deles também são mentais. Isso quer dizer, que todos os eventos têm propriedades físicas, e algumas delas também têm propriedades mentais. Tal é o célebre “monismo anômalo” de Davidson.

A ontologia de Davidson reconhece eventos individuais como eventos particulares espaço-temporais. E a estrutura principal sobre esses eventos é uma estrutura causal; a rede de relações causais que interliga os eventos é o que dá estrutura inteligível a esse universo de eventos. Que papel desempenha a mentalidade, no monismo anômalo de Davidson, na formação dessa estrutura? A resposta: Nenhuma.

Pois o monismo anômalo implica isso: *você obteria no mundo de Davidson a mesma rede de relações causais se você redistribuísse as propriedades mentais de seus eventos da maneira que você quiser; você não perturbaria uma única relação causal se você redistribuísse aleatoriamente e arbitrariamente propriedades mentais a eventos, ou mesmo removesse inteiramente a mentalidade do mundo*. O fato é que sob o monismo anômalo de Davidson, a mentalidade não implica nenhum trabalho causal.

Lembre-se: no monismo anômalo, eventos são causas ou efeitos apenas quando instanciam leis físicas, e isso significa que as propriedades mentais de um evento não fazem diferença causal. E é de supor que alterar as propriedades mentais de um evento também alteraria suas propriedades físicas e, assim, afetaria suas relações causais, logo também é possível supor que o Anomalismo Psicofísico, um princípio cardinal do monismo anômalo, é falso⁹.

O monismo anômalo, portanto, permite propriedades mentais desprovidas de papel causal, nem mesmo em relação a outras propriedades mentais. O que não realiza trabalho causal também não realiza um trabalho explicativo; também pode não estar lá – é difícil ver como poderíamos perdê-lo se ele não estivesse de todo lá. Que há neste mundo apenas esses eventos mentais com apenas essas características mentais é algo que não faz diferença causal para coisa nenhuma. Sobre o monismo anômalo, que um evento cai sob um dado tipo mental é uma causalidade de fato irrelevante; é também algo que é inteiramente inexplicável em termos causais. Diante de tudo isso, é difícil ver que sentido há em reconhecer mentalidade como uma característica do mundo. Eu acredito que se empurrarmos monismos anômalos desse modo, desco-

⁹ Davidson diz em “Mental Events” que acredita na superveniência do mental sobre o físico, e isso introduz uma restrição na distribuição de propriedades físicas quando a distribuição das propriedades mentais é alterada. Isso, porém, não diminui substancialmente do ponto que está sendo feito aqui. Por um lado, ainda é verdade, sobre a noção de superveniência que Davidson favorece (o que corresponde a “superveniência fraca”; veja seu “Resposta aos Ensaio X-XII” em *Ensaio sobre Davidson: Ações e Eventos*, ed. Bruce Vermazen e Merrill B. Hintikka (Oxford: Oxford University Press, 1985)), que a remoção de todas as propriedades mentais dos eventos deste mundo não teriam qualquer consequência com as propriedades físicas que são distribuídas sobre eles. Por outro, a superveniência do mental é melhor considerado como uma tese independente, e minhas observações atuais dizem respeito apenas as implicações do monismo anômalo. Considero a visão de superveniência abaixo na seção IV.

briremos que é uma doutrina praticamente indistinguível do eliminativismo sem rodeios.

Assim, o que vemos é isto: monismo anômalo, ao invés de nos dar uma forma de fisicalismo não redutivo, é essencialmente uma forma de eliminativismo. Ao contrário do eliminativismo, permite a existência da mentalidade; mas à mentalidade nenhum trabalho útil é dado e sua ocorrência é deixada totalmente misteriosa e causalmente inexplicável. Isso não me parece uma forma de existência que valha a pena ter. A este respeito, o monismo anômalo se sai muito mal mesmo em comparação com o epifenomenalismo enquanto realismo sobre o mental. O epifenomenismo dá ao mental um lugar na rede causal de eventos; à mente é dado um lugar bem definido, se não um papel ativo, na estrutura causal do mundo.

Essas observações destacam a importância das *propriedades*; pois é em termos de propriedades e suas interrelações que damos sentido a certos conceitos que são cruciais nesse contexto, como lei, causalidade, explicação e dependência. Assim, a ausência de anomalia das propriedades mentais tem consequências de longo alcance dentro da estrutura de Davidson: dentro dela, propriedades anômalas são causalmente e explicativamente impotentes, e é duvidoso que possam ter algum papel de todo útil. O resultado é que nós não temos no monismo anômalo de Davidson uma forma plausível de fisicalismo não redutivo; seu monismo anômalo chega perigosamente perto de nosso eliminativismo¹⁰ total.

¹⁰ As visões gerais de Davidson sobre o mental são mais ricas e complexas do que a presente discussão pode parecer indicar. Acredito que elas contêm alguns elementos distintamente dualistas; para uma discussão sobre esse aspecto de Davidson, veja meu "Psychophysical Laws". Houve algumas tentativas recentes interessantes, que eu não posso discutir aqui, para reconciliar o monismo anômalo com a possibilidade de causalidade mental; veja, por exemplo, Ernest LePore e Barry Loewer, "Mind Matters",

III

Voltemo-nos agora para a realizabilidade múltipla (ou «plasticidade composicional») dos eventos psicológicos e suas implicações para a redução psicofísica.

Em uma passagem que acabou por ter um profundo impacto nas discussões do problema mente-corpo, Putnam escreveu¹¹:

Considere o que o teórico do estado cerebral tem que fazer para validar suas afirmações. Ele tem que especificar um estado físico-químico tal que *qualquer* organismo (não apenas um mamífero) sente dor se e somente se (a) possui um cérebro de estrutura físico-química; e (b) seu cérebro está naquele estado físico-químico. Isso significa que o estado físico-químico em questão deve ser um estado possível de um cérebro de mamífero, um cérebro reptiliano, o cérebro de um molusco (polvos são moluscos, e certamente sentem dor), etc. Em um dado tempo, *não* deve ser um estado possível (fisicamente possível) do cérebro de *qualquer* possível criatura que não pode sentir dor. Mesmo que tal estado possa ser encontrado, deve ser nologicamente certo que também será um estado do cérebro de qualquer vida extraterrestre que possa ser encontrada e que seja capaz de sentir dor antes mesmo de podermos entender a suposição do que *seja* dor.

Este parágrafo ajudou a provocar um término inesperadamente precoce para a teoria da identidade psiconeural de Smart e Feigl, e inspirou uma nova teoria do mental, o funcionalismo, que apesar de suas diversas dificuldades, ainda é a posição mais influente sobre a natureza

Journal of Philosophy 84 (1987): 630-842; Brian McLaughlin, "Type Epiphenomenalism, Type Dualism, and the Causal Priority of the Physical", Philosophical Perspectives 3 (1989): 109-136; Terence Horgan, "Mental Quausation", Philosophical Perspectives 3 (1989): 47

¹¹Putnam, «The Nature of Mental States».

do mental¹², o ponto básico de Putnam é que qualquer tipo de evento psicológico pode ser “realizado fisicamente” ou “instanciado” ou “implementado” de maneiras infinitamente diversas, dependendo da natureza físico-biológica do organismo ou sistema envolvido, e que isso torna altamente implausível esperar que o evento correlacione uniformemente com, e assim ser identificável com, alguns “singulares” tipos de estado neural ou físico. Essa ideia foi usada por Fodor para formular um argumento antirreducionista geral, cuja essência pode ser rapidamente resumida.

Como vimos, acredita-se que a redução de uma teoria a outra requer a derivação das leis da teoria reduzida às leis da teoria redutora através de “leis de ligação (*Bridge*)”. Se um predicado da teoria sendo reduzido tem um predicado nomologicamente coextensivo na teoria redutora, a bicondicional universalmente quantificada conectando os dois predicados será avaliável para uso como uma lei de ligação (*Bridge*)¹³. Digamos que o vocabulário da teoria reduzida está “fortemente conectada” com a da teoria redutora se tal lei de ligação (*Bridge*) bicondicional correlaciona cada predicado da primeira com um predicado deste último. É claro que a condição de forte conectividade garante a redução (sob o pressuposto de que a teoria sendo reduzida é uma teoria verdadeira). Pois isso nos permitiria reescrever as leis básicas da teoria alvo no vocabulário da teoria redutora, usando essas leis bicondicionais em vigor como definições. Ou essas reescritas [leis] são deriváveis das leis da teoria redutora, ou então elas podem ser adicionadas como leis básicas adicionais. Neste último caso, a teoria redutora foi expandida; mas que não diminui a importância ontológica e conceitual do procedimento redutivo.

¹² O próprio Putnam abandonou o funcionalismo; veja sua *Representation and Reality* (Cambridge: MIT Press, 1988), caps. 5 e 6.

¹³ Existem alguns detalhes lógicos e ontológicos complexos que estamos deixando de fora aqui. Ver, para detalhes, Robert L. Causey, *Unity of Science* (Dordrecht: Reidel, 1977).

Porém o que a múltipla realização põe em dúvida, de acordo com o anti-reducionista, é precisamente uma forte conectibilidade dos predicados mentais *vis-a-vis* com predicados físicos-neurais. Para qualquer propriedade psicológica, existe em princípio, uma sequência infinita de estados físicos nomologicamente possíveis tais que, embora cada um deles “realize” ou “implemente”, nenhum deles serão por si mesmos co-extensivas a ela. Por que não podemos tomar a *disjunção* desses estados físicos como a co-extensão física da propriedade mental? Putnam rejeita com certo desdém esse movimento, dizendo apenas que “isso não precisa ser levado a sério”²⁴. Penso que há algumas questões complexas aqui sobre predicados disjuntivos *versus* propriedades disjuntivas, complexidade de predicados *vs.* de propriedades, etc.; mas estas são susceptíveis de serem questões controversas que só podem nos distrair no momento²⁵. Então vamos juntamente com Putnam aqui e desconsiderar a solução disjuntiva para o problema de realização múltipla.

Ao rejeitar o movimento de disjunção, no entanto, Putnam parece estar assumindo o seguinte: *um estado físico que realiza um evento mental é pelo menos nomologicamente suficiente para isso*. Pois se esta assunção fosse rejeitada, o movimento de disjunção não podia nem começar. Isso gera leis da forma “ $P_1 \rightarrow M$ ”, onde M é um estado mental e P_1 é um estado físico que o realiza. Desta forma, onde há realização múltipla, deve haver leis psicofísicas, cada um especificando um estado físico

²⁴ “The Nature of Mental States”, p. 437.

²⁵ Observe também que a redução derivacional não *requer* uma forte conectividade; qualquer conjunto de leis de ligação (*Bridge*), de qualquer forma e força, servirão enquanto permitirem as derivações. Mas isso obviamente depende da força das duas teorias envolvidas, e isso parece ser de pouco interesse, que é suficientemente geral para dizer sobre isso. Há também considerações filosóficas para pensar que identidades bicondicionais e de atributo são importante na redução. Cf. Lawrence Sklar, “Tipos de Redução Inter-Teórica”, *British Journal for the Philosophy of Science* 18 (1967): 109-124.

como nomologicamente suficiente para o dado Estado mental. Além disso, a escolha de exemplos de Putnam na citação acima, que são espécies biológicas ou tipos determinados de estruturas (“extraterrestres”), e sua conversa sobre “especificidade da espécie” e “independência da espécie”¹⁶ sugerem que ele está pensando em leis de uma forma um pouco mais forte, “ $S_1 \rightarrow (M \leftrightarrow P)$ ”, que, em relação à espécie ou estrutura S_1 , especifica um estado físico, P_1 , como ambos necessários e suficientes para a ocorrência do estado mental M . Uma lei desta forma afirma que qualquer organismo ou sistema, pertencente a uma determinada espécie, é tal que tem a propriedade mental de cada vez se e somente se estiver em um determinado estado físico naquele momento. Podemos chamar as leis desta forma de “leis de ligação (*Bridge*) específicas da espécie”.

Para gerar leis desse tipo, as espécies biológicas podem vir-a-ser algo muito amplo; diferenças individuais na localização das funções psicológicas no cérebro são bem conhecidas. Além disso, dados os fenômenos de aprendizagem e maturação, lesões no cérebro, etc., a estrutura neural que serve a um estado ou função psicológica pode mudar para um indivíduo ao longo de sua vida. O importante é que essas leis são relativas a tipos de estrutura físico-biológica, embora para simplificar eu continue a colocar a questão em termos de espécies. A teoria substantiva suposta aqui é a crença de que para cada estado psicológico existem tipos de estrutura físico-biológica, em um certo nível de descrição ou especificação, que geram leis desta forma. Penso que uma suposição disso tipo é feita pela maioria dos filósofos que falam de múltiplas realizações de estados psicológicos, e é de fato uma suposição plausível a ser feita por

¹⁶ «The Nature of Mental States», p. 437.

um fiscalista¹⁷. Além disso, tal suposição parece essencial para dar sentido à própria ideia de uma realização física; o que mais poderia significar «realização física»?

Então, o que estou dizendo é o seguinte: o argumento da realização múltipla talvez mostre que a forte conectibilidade das propriedades mentais *vis-a-vis* às propriedades físicas não se verifica; no entanto, *pressupõe* que *face as espécies-específicas a forte conectividade* se mantém. Simplesmente para derrotar o argumento anti-reducionista, não preciso fazer esta segunda afirmação; tudo que eu preciso é a afirmação mais fraca e que o fenômeno da realização múltipla é *consistente* com a forte conectibilidade específica da espécie, e parece-me que isso é plenamente verdade.

O ponto de tudo isso é que a avaliabilidade de leis bicondicionais específicas da espécie ligando o mental com o físico confere uma nova vida ao reducionismo psicofísico. Ao contrário das leis independentes das espécies, essas leis não podem nos conseguir uma redução *uniforme* ou *global* da psicologia, uma redução de cada estado psicológico a uma base físico-biológica uniforme de todos os organismos reais e possíveis; no entanto, essas leis nos conseguirão uma série de reduções *específicas da espécie* ou *locais*. Se tivéssemos uma lei desta forma para cada tipo de estado psicológico para uma determinada espécie, digamos, humanos, teríamos uma redução física da psicologia humana; essa redução nos diria como a psicologia humana é fisicamente implementada, como

¹⁷ Ned Block diz: "A maioria dos funcionalistas estão dispostos a permitir... que para cada tipo de organismo que sente dor, existe (talvez) um único tipo de estado físico que realiza a dor nesse tipo de organismo", em seu "Introduction: What is Functionalism?" em Block, ed., *Leituras em Filosofia da Psicologia*, vol. 1 (Cambridge: Harvard University Press, 1980), pág. 172. Tal lei teria exatamente a forma em discussão.

as conexões causal entre nossos eventos psicológicos e seus processos funcionam no nível físico-biológico, quais subsistemas biológicos servem as nossas capacidades e funções cognitivas, e assim por diante. Isso é uma redução de sentido pleno, exceto ao fato de que isso é limitado a indivíduos que compartilham uma certa estrutura físico-biológica. Acredito que “reduções locais” desse tipo são a regra e não uma exceção em toda a ciência, não apenas em psicologia¹⁸.

De qualquer forma, esta é uma imagem plausível do que de fato acontece em neurobiologia, psicologia fisiológica, neurociência cognitiva, etc. E parece-me que qualquer fisicalista robusto deve esperar, e exigir, a possibilidade de reduções locais da psicologia apenas em este sentido¹⁹.

Assim, a conclusão que devemos tirar é que a realização múltipla do mental não tem implicações anti-reducionistas de grande significado; pelo contrário, ela implica, ou pelo menos é consistente com a redutibilidade local da psicologia, com a relatividade local às espécies ou tipos de estrutura física. Se os estados psicológicos são múltiplamente realizados, isso significa apenas que teremos múltiplas reduções locais da psicologia. O argumento da realização múltipla, se funcionar, mostra que uma redução global não está prevista; como sempre, reduções locais são reduções suficientes, por quaisquer padrões e em suas implicações filosóficas.

¹⁸ Sobre este ponto ver Berent Enc, “In Defense of the Identity Theory”, *Journal of Philosophy* 80 (1983): 279-298.

¹⁹ Este ponto, e alguns pontos relacionados, são elaborados no Ensaio *Multiple realization and the metaphysics of reduction*. Veja também «Postscripts on Mental Causation».

IV

Alguns olharam para a ideia de “superveniência” como para uma formulação do fisicalismo livre de compromissos reducionistas. A promessa da superveniência nesta área parece ter sido baseada, pelo menos em parte, na circunstância histórica de que alguns proeminentes teóricos éticos, como G. E. Moore e R. M. Hare, que construíram argumentos clássicos contra o reducionismo naturalista na ética, ao mesmo tempo sustentavam a visão de que as propriedades morais são “supervenientes” às propriedades descritivas ou naturalistas. Então, por que não pensar a relação entre propriedades psicológicas e físicas em analogia com a relação, como concebida por esses teóricos da ética, entre propriedades morais e descritivas? Em cada instância, as propriedades supervenientes são, em algum sentido substantivos, dependentes ou determinado por suas propriedades básicas subvenientes e ainda, espera-se, que elas não são redutíveis a eles. Esta foi precisamente a linha de pensamento que parece ter instigado Davidson, que foi o primeiro a injetar o tema da superveniência na discussão do problema mente-corpo. Ele escreveu²⁰:

Embora a posição que descrevo negue a existência de leis psicofísicas, é consistente com a visão de que as características mentais são, em algum sentido, dependente, ou superveniente, das características físicas. Tal superveniência pode ser entendida como significando que não pode haver dois eventos iguais em todas os aspectos físicos, mas que diferem em alguns aspectos mentais, ou que um objeto não pode alterar algum aspecto mental sem alterar algum aspecto físico. A dependência ou superveniência desse tipo não implica redutibilidade através de lei ou definição: se o fizesse, poderíamos reduzir propriedades morais ao nível descritivo, e há boas razões para *acreditar* que isso não pode ser feito...

²⁰ «Mental Events», in Davidson, *Essays on Actions and Events*, p. 214.

Embora o próprio Davidson não tenha levado adiante essa ideia, muitos outros filósofos tentaram trabalhar essa ideia sugestiva em uma forma viável de materialismo não redutivo.

O problema central na implementação da sugestão de Davidson tem sido a de definir uma relação de superveniência que preencha os mesmos requisitos que ele estabeleceu: primeiro, a relação deve ser *não-redutiva*; ou seja, um dado domínio pode ser superveniente sobre outro sem ser redutível a ele. Em segundo lugar, a relação deve ser de *dependência*: se um domínio sobrevém em outro, deve haver um sentido sólido em que o primeiro é dependente do segundo, ou o segundo determina o primeiro. Mas não foi fácil encontrar tal relação. A principal dificuldade tem sido esta: se uma relação é fraca o suficiente para ser não-redutiva, ela tende a ser fraca demais para servir como relação de dependência; inversamente, quando uma relação é forte o suficiente para dar dependência, tende a ser forte o suficiente para implicar redutibilidade.

Não vou ensaiar aqui os conhecidos argumentos a favor e a respeito das várias relações de superveniência que foram propostas. Eu vou em vez disso, concentrar-se em uma relação de superveniência que pareceu a vários filósofos²¹ importante para se manter mais promissora como uma relação de dependência não-redutiva, a saber, a de “superveniência global”. A ideia genérica de superveniência é que as coisas que são in-

²¹ Incluindo Terence Horgan em seu «Supervenience and Microphysics», *Pacific Philosophical Trimestral* 63 (1982): 29-43; John Haugeland em «Weak Supervenience», *American Philosophical Quarterly* 19 (1982): 93-103; John Post em *The Faces of Existence* (Ithaca: Cornell Imprensa da Universidade, 1987); e Bradford Petrie, «Global Supervenience and Reduction», *Philosophy and Phenomenological Research* 48 (1987): 119-130. O modelo teórico de determinação elaborada por Geoffrey Hellman e Frank Thompson, em “Physicalism: Ontology, Determination, and Reduction”, *Journal of Philosophy* 72 (1975): 551-564, está intimamente relacionado com a superveniência global.

discerníveis em relação às propriedades de “base” (ou “subvenientes”) não podem diferir em relação às propriedades supervenientes. A superveniência global aplica essa consideração aos “mundos”, dando-nos a seguinte formulação de superveniência psicofísica:

Mundos que são indiscerníveis em todos os aspectos físicos são indiscerníveis no aspecto mental; de fato, mundos fisicamente indiscerníveis são um e o mesmo mundo.

Assim, qualquer mundo que seja exatamente como este mundo em todos os detalhes físicos deve ser assim em todos os aspectos psicológicos também. Essa relação de superveniência é apropriadamente chamada de “global” naqueles mundos, enquanto que indivíduos dentro de mundos são comparados por discernibilidade ou indiscernibilidade em relação a conjuntos de propriedades. O que é dois mundos serem fisicamente, ou mentalmente, indiscernível? Para simplificar, vamos supor que os mesmos indivíduos existam em todos os mundos²²: podemos então dizer que dois mundos são indiscerníveis em relação a um conjunto de propriedades apenas no caso de essas propriedades serem distribuídas sobre os indivíduos da mesma maneira nos dois mundos.

Pode-se mostrar que, como esperado, a superveniência global do estado mental sobre o físico não implica a existência de leis psicofísicas;²³ assim, a superveniência global é consistente com a irreduzibilidade

²² Mesmo com essa suposição simplificadora surgem certas complicações; no entanto, podemos desconsiderá-los para os propósitos deste trabalho. Para mais ‘detalhes, consulte o meu “Supervenience for Multiple Domains”.

²³ Pelo menos não de uma forma direta. Veja meu “‘Strong’ and ‘Global’ Supervenience Revisited”, Ensaio 5 do volume *Supervenience and Mind*. (Adicionado em 1993: Este assunto permanece controverso; ver no mesmo livro “Postscripts on Supervenience”, seção 3, para uma discussão mais aprofundada.)

nomológica do mental ao físico. A única questão então é se é alcançada uma relação apropriada de dependência entre o mental e o físico, forte o suficiente para qualificá-la como um fisicalismo. A resposta, argumentarei, é negativa.

Podemos começar observando que a superveniência global do mental permite o seguinte: Imagine um mundo que difere do mundo atual em algum detalhe físico minucioso (podemos supor que nesse mundo um átomo de hidrogênio solitário em algum lugar na profundidade do espaço é ligeiramente deslocado em relação à sua posição neste mundo). Este mundo com um átomo de hidrogênio rebelde poderia, consistentemente com a superveniência global do mental, ser tão diferente quanto você quiser do mundo atual em qualquer aspecto mental (assim, nesse mundo nada manifesta mentalidade, ou mentalidade é radicalmente redistribuída de outras maneiras). A existência de tal mundo e outros mundos igualmente aberrantes não violam as restrições da superveniência global; uma vez que não são fisicamente indiscerníveis do mundo atual, eles poderiam, sob a superveniência global, diferir radicalmente deste mundo em características psicológicas.²⁴

Se isso não te convencer da fraqueza da superveniência global como uma relação de determinação ou dependência, considere isto: é consistente com superveniência global para dois organismos no mundo atual que, embora totalmente indiscerníveis fisicamente, são radicalmente diferentes em aspectos mentais (digamos, sua duplicata molécula-por-molécula é totalmente desprovida de mentalidade). Isso é

²⁴ Essa dificuldade particular pode ser amplamente superada pela formulação da superveniência global em termos de *similaridade* entre mundos ao invés de indiscernibilidade. Veja meus “‘Strong’ and ‘Global’ Supervenience Revisited.”

consistente com a superveniência global porque pode não haver outro mundo possível que seja como este fisicamente e ainda difira em alguns aspectos mentais.²⁵

Parece-me que as considerações de indiscernibilidade a nível global, envolvendo mundos inteiros, são muito grosseiras para nos dar o tipo de relação de dependência que deveríamos exigir se o mental é realmente dependente do físico. Gostemos ou não, tratamos indivíduos, e talvez também agregados de indivíduos menores que mundos totais, como unidades psicológicas, e parece-me que se a determinação ou dependência psicofísica significa qualquer coisa, deveria significar que a natureza psicológica de cada unidade é totalmente determinada por sua natureza física. Ou seja, dependência ou determinação deve valer tanto no nível local quanto no global.

Além disso, falar de mundos inteiros a esse respeito, a menos que seja uma questão de relações determinantes obtidas no nível local, tem pouco conteúdo verificável; é difícil ver como pode haver evidência empírica para a tese da superveniência global que não está baseada em evidências sobre dependências psicofísicas específicas — evidências sobre dependências e correlações entre dependências propriedades psicológicas e físicas específicas. Na verdade, parece-me que devemos olhar para as dependências locais para uma *explicação* da superveniência global, bem como para sua evidência. Por que é o caso de que não podem existir dois mundos que sejam fisicamente indiscerníveis mas discernível psicologicamente? Ou por que é que “a verdade física determina todas

²⁵ Isso mostra que a superveniência global é consistente com o fracasso da “superveniência fraca”. Veja minha ‘Strong’ and ‘Global’ Supervenience Revisited”

as verdades”,²⁶ como alguns preferem colocá-lo? Eu acho que isso é uma questão legítima a ser levantada, e até onde posso ver a única resposta, para além de outras em que a resposta de que é um fato metafísico bruto e inexplicável, está em termos de correlações e dependências locais entre propriedades físicas. Se a superveniência global do mental sobre o físico fosse proposta como um fato inexplicável que devemos aceitar com fé, duvido que precisemos levar a proposta a sério. Específicas dependências psicofísicas para indivíduos, e outras partes do mundo, são tanto uma evidência quanto uma base explicativa da, superveniência global.

O problema é que, uma vez que começamos a falar sobre correlações e dependências entre propriedades psicológicas e físicas específicas, estamos na verdade falando sobre leis psicofísicas, e essas leis levantam o espectro do reducionismo físico indesejado. Onde há leis psicofísicas, há sempre a ameaça, ou promessa, de redução psicofísica. Devemos concluir que a superveniência não vai nos entregar uma forma viável de materialismo não-reduutivo.

V

Até agora, revisei três formulações influentes do materialismo não reduutivo, o monismo anômalo de Davidson, a doutrina de Putnam-Fodor da autonomia psicológica, e o fisicalismo superveniente, e os encontro quer como materialismo ou como um anti-reducionismo. Nesta seção final, quero apresentar um argumento direto para mostrar por que as perspectivas em defesa do fisicalismo não-reduutivo são obscuras.

Antes de mais nada, notemos que o fisicalismo não-reduutivo não

²⁶ Ver Hellman e Thompson, “Physicalism: Ontology, Determination, and Reduction”; Post, *The Faces of Existence*.

deve ser uma forma do eliminativismo; isto é, reconhece o mental como domínio legítimo das entidades. Que tipo de entidades? Aqui vamos, por conveniência, fazer uso do esquema Davidsoniano de eventos individuais, pensando na mentalidade a ser exibida como propriedades desses eventos. Assim, como um não-eliminativista, o fisicalista não-reduutivo acredita que há eventos em sua ontologia que têm propriedades mentais (por exemplo, ser uma dor, ser uma crença de que a neve é fria, etc). Argumentei anteriormente, ao discutir o monismo anômalo de Davidson, que se o seu não-eliminativismo for mais do que um gesto simbólico, você encontrará melhor algum trabalho causal real para suas propriedades mentais. O fato que um determinado evento é um evento mental de um certo tipo deve desempenhar algum papel explanatório-causal em que outros eventos ocorrem e quais propriedades eles têm. Assim, estou supondo que um fisicalista não-reduutivo é um realista, e que para ser um realista mental, suas propriedades mentais devem ser *propriedades causais* - propriedades em virtude das quais um evento entra em relações que de outra forma não teria entrado.

Deixe-me agora fazer uma suposição adicional: a causação psicofísica tem lugar - isto é, alguns eventos mentais causam eventos físicos. Por exemplo, uma dor aguda repentina sentida na minha mão causa uma retirada brusca da mão. É verdade que em um domínio Davidsoniano, todos os eventos são físicos; isso é, cada evento tem alguma propriedade física. Mas quando digo que eventos mentais causam eventos físicos, algo mais forte é pretendido, ou seja, que um evento, em *virtude de sua propriedade mental*, faz com que outro evento tenha uma certa propriedade física. Um argumento poderia ser construído para o mesmo efeito, acredito, sem essa suposição especial, mas seria mais longo e mais complexo. Acredito que essa suposição será aceita pela maioria de nós - será garantida por qualquer um que acredite que pelo menos às vezes nosso

membros se movem porque temos certos desejos e crenças.²⁷ Quando vou até a fonte de água para beber água, minhas pernas se movem do jeito que fazem em parte por causa do meu desejo por água e minha crença de que há água para ser bebida na fonte de água.

Há uma suposição adicional que acredito que qualquer fiscalista concordaria, ou seja, “o fechamento causal do domínio físico”. Grosso modo, quer dizer o seguinte: *qualquer evento físico que tenha uma causa num instante t tem uma causa física no instante t* . Isto é a suposição de que, se traçarmos a ancestralidade causal de um evento físico, nunca precisaremos sair do domínio físico. Negar essa suposição é aceitar a ideia cartesiana de que alguns eventos físicos precisam de causas não-físicas, e se isso for verdade, em princípio não pode haver uma teoria física completa e auto-suficiente do domínio físico. Se o fechamento causal falhasse, nossa física precisaria se referir de uma maneira essencial a agentes causais não-físicos, talvez almas cartesianas e suas propriedades psíquicas, se for para dar um relato completo do mundo físico. Acho que a maioria dos fiscalistas acharia essa imagem inaceitável.

Agora estamos prontos para derivar algumas consequências dessas suposições. Suponha que um certo evento, em virtude de sua propriedade mental, cause um evento físico. O fechamento causal do domínio físico diz que este evento físico também deve ter uma causa física. Podemos supor que esta causa física, em virtude de sua propriedade física, causa o evento físico. Surge a seguinte pergunta: *Qual é a relação entre essas duas causas, uma mental e outra física?* Cada uma é reivindicada como a causa do efeito físico. Existem duas possibilidades iniciais que

²⁷Para uma afirmação contundente desse ponto, veja Fred Dretske, *Explaining Behavior: Reasons in a World of causes* (Cambridge: MIT Press, 1988).

podemos considerar.

Primeiro, quando nos deparamos com duas supostas causas de um único evento, poderíamos cogitar a possibilidade de que cada uma seja apenas uma *causa parcial*, as duas juntas formando uma causa completa ou suficiente, como quando um acidente de carro é dito devido à frenagem descuidada do motorista e à condição de gelo da estrada. Aplicado ao nosso caso, significa dizer que a causa mental e a causa física são cada uma apenas uma causa parcial, e que *juntas* formam uma causa suficiente. Isso certamente é uma coisa absurda de se dizer, e em qualquer caso, viola o princípio do fechamento causal [do domínio físico] na medida em que considera o evento mental como um constituinte necessário de uma causa completa de um evento físico; assim, neste ponto de vista, uma história causal completa de como esse evento físico ocorre deve, pelo menos, parcialmente, sair do domínio físico.

Será que a causa mental e a causa física são, cada uma, uma causa *suficiente independente* do efeito físico? A sugestão então é que o efeito físico é *sobredeterminado*. Então, se a causa física não tivesse ocorrido, a causa mental por si só teria causado o efeito. Este quadro é novamente absurdo: pelo que sabemos sobre a fisiologia do movimento dos membros, devemos acreditar que se a sensação de dor faz minha mão se remover, a cadeia causal da dor para o movimento do membro deve, de alguma forma, fazer uso da cadeia causal de um evento neural central apropriado à contração muscular; não faz sentido pensar que pode haver um caminho causal independente, talvez telecinético, da dor ao movimento do membro. Além disso, a ideia de sobredeterminação também viola o princípio do fechamento causal [do domínio físico]: na situação contrafactual em que a causa física não ocorre, o princípio de fechamento é violado. Pela ideia de que a causa mental e a causa física

são, cada uma, uma causa suficiente independente que envolve a aceitação do contrafactual de que, se a causa física não tivesse ocorrido, a causa mental teria ocorrido e causado o efeito físico. Assim, isso viola o princípio do fechamento causal.

Essas duas maneiras de ver a situação são óbvias para não iniciantes. Nós precisamos de uma resposta mais plausível para a pergunta, como são a causa mental e a causa física de um singular efeito físico relacionado entre si? Dado que qualquer evento físico tem uma causa física, como é que uma causa mental *também* é possível? Isso eu chamo de “o problema da exclusão causal-explicativa”, pois o problema parece surgir do fato de que uma causa, ou explicação causal, de um evento, quando é considerada uma causa ou explicação completa e suficiente, parece *excluir* outras supostas causas *independentes* ou explicações causais dele²⁸.

Neste ponto, você pode querer protestar: por que toda essa agitação em torno do arbusto? Por que não dizer simplesmente que a causa mental e a causa física são uma e a mesma? A identificação simplifica a ontologia e elimina quebra-cabeças indesejados. Considere dizer que há neste copo duas distintas substâncias, H₂O e água; isto é, considere dizer que água e H₂O co-ocorrem em todos os lugares por uma questão de direito, mas que, no entanto, são substâncias distintas. Isso traria a tona uma série de quebra-cabeças indesejados e desnecessários: dado que o que está no copo pesa um total de dez onças, quanto do peso deve ser atribuído à água e quanto para o H₂O? Ao deixar cair um fósforo aceso no copo, eu o apago. O que causou isso? Foi a água ou o H₂O? Será que cada um deles era apenas uma causa parcial, ou a extinção da chama

²⁸ Esta ideia é desenvolvida em grandes detalhes em meu “Mechanism, Purpose, and Explanatory Exclusion”.

foi sobredeterminado? A identificação da água com o H_2O coloca todas essas questões de molho de uma só vez: há aqui uma coisa, não duas. A solução de identidade pode fazer mágica semelhante em nosso caso atual: a dor é um estado neural - aqui há uma causa, não duas. O movimento do membro foi causado pela dor, isto é, por um estado neural. Os quebra-cabeças indesejados desaparecem.

Tudo isso está correto. Mas o que envolve a solução de identidade? Lembre-se de que o que está para nós em questão é a eficácia causal das *propriedades mentais* de eventos vis-a-vis às suas propriedades físicas. Assim, os itens que necessitamos a ser identificadas são propriedades - isto é, precisaríamos identificar propriedades mentais com propriedades físicas. Se isso pudesse ser feito, seria uma excelente maneira de reivindicar os poderes causais da mentalidade.

Mas este é precisamente o caminho que está barrado para nossos amigos não-reducionistas. A identificação de propriedades mentais com propriedades físicas é o coração do «fiscalismo de tipo» reducionista. Essas identidades de propriedade serviriam como leis de ligação (*Bridge*) por excelência, permitindo uma redução derivacional da psicologia à teoria física. As identidades implicam correlações psicofísicas de forma bicondicional, estável mais que possível, ou nomologicamente possível, mundos, e isso, nos foi dito, é excluído pelo anomalismo mental de Davidson e pelo argumento de realização múltipla de Putnam. Então a solução de identidade está fora de questão para o materialista não-reduutivo. Existe alguma outra maneira de responder ao problema da exclusão causal, uma maneira que fica aquém de identificar atributos mentais com físicos?

Existe um, mas não é algo que seja palatável para o não-reduiti-

vista. Acredito que a única maneira além da solução de identidade é dar uma explicação geral das relações causais envolvendo macro-eventos como “relações causais supervenientes”, relações causais que são supervenientes sob processos microcausais. Você coloca uma chaleira de água no fogão e liga a boca do fogão; e logo a água começa a ferver. O aquecimento da água causou a fervura. Essa é uma relação causal no nível macro. É natural pensar nessa relação causal como superveniente a certos processos causais subjacentes no micronível.

O aquecimento da água sobrevém [supervenies] ao aumento da energia cinética das moléculas de água, e quando sua energia cinética atinge um certo nível, as moléculas de água começam a se mover em turbulência, algumas delas sendo ejetadas no ar. A ebulição é um macroestado que sobrevém apenas a esses microprocessos. Uma dor aguda causa um ataque de ansiedade cinco segundos depois. O que está acontecendo? Mais uma vez, é tentador, e natural, pensemos assim: a dor é superveniente a uma certa atividade neural, e esse evento neural faz com que outro evento neural ocorra. O ataque de ansiedade ocorre porque é superveniente a esse segundo evento neural.

O modelo geral de causalidade superveniente aplicado à relações macrocausais é este: o macro-evento m é uma causa ou efeito do evento E em virtude do fato de m ser superveniente em algum microevento, n , que é uma causa ou efeito do evento E ²⁹. A sugestão então é que usemos esse modelo para explicar a causalidade mental: um evento mental é uma causa, ou um efeito, de um outro evento em virtude do fato de ser super-

²⁹ Para uma discussão crítica deste modelo veja-se Brian McLaughlin, “Event Supervenience and Supervenient Causation”, *Southern Journal of Philosophy* 22, *The Spindel Conference Supplement on Supervenience* (1984): 71-91; Peter Menzies, “Against Causal Reductionism,” *Mind* 97 (1988): 560-574.

veniente a algum evento físico que está em uma relação causal apropriada para este evento. Assim, as propriedades mentais são vistas como derivando seu potencial causal de propriedades físicas sobre as quais eles sobrevivem. Essa é a ideia principal.

Mas que tipo de relação de superveniência está envolvida nesse quadro? A superveniência global obviamente não serve; não nos dá uma maneira de falar de superveniência de propriedades mentais específicas sobre propriedades físicas específicas, uma vez que se refere apenas à indiscernibilidade válida para mundos. A causação superveniente, no meu sentido, requer falar de propriedades mentais específicas supervenientes a propriedades físicas de base específicas, e isso é possível somente se houver leis correlacionando propriedades psicológicas com propriedades físicas. Isso é o que chamei em outro lugar de “superveniência forte”, e pode-se argumentar plausivelmente que uma superveniência dessa força implica a possibilidade de reduzir o superveniente ao subveniente³⁰. Vou poupá-lo dos detalhes aqui, mas o fato de que essa forma de superveniência envolva diretamente leis psicofísicas seria suficiente para dar uma pausa a qualquer pretensão fisicalista não-redutivo. eu não sou

³⁰ Estou colocando o ponto aqui de forma um tanto provisória porque envolve várias questões atualmente contenciosas. Para um argumento geral para este ponto, veja meu “Conceitos de Superveniência”, e “Superveniência como um Conceito Filosófico”. No entanto, este argumento faz uso de infinitas disjunções e conjunções (na verdade, infinitas disjunções são tudo o que se precisa; veja “Superveniência como um Conceito Filosófico”). Se o argumento for considerado questionável por essa característica, ele poderia ser suplementado com um argumento modelado em meu argumento na seção III acima contra a tese antirreducionista de Putnam-Fodor. Isso significa que a relação de superveniência necessária para o modelo de causalidade superveniente esboçado aqui deve exigir que cada propriedade superveniente tenha uma propriedade de base nomologicamente coextensiva relativa à estrutura física dada. Há, acredito, considerações plausíveis em favor dessa relação de superveniência mais forte como base para o conceito de causalidade superveniente (ou a redução de relações causais); no entanto, não posso entrar em detalhes aqui.

inteiramente certo de que esta solução de superveniência será suficiente; isto é, não estou certo de que algo menos que a solução de identidade resolva a exclusão do problema³¹. No entanto, acredito que é a única alternativa a explorar se, por qualquer motivo, você não estiver disposto ou não pode ir para identidades de atributos psicofísicos. Mas duvido que esta solução seja considerada aceitável pelo não-reducionista mais do que a solução da identidade.

Se os fisicalistas não-reducionistas aceitam o fechamento causal do domínio físico, portanto, eles não têm uma maneira visível de explicar a possibilidade de causação psicofísica. Isso significa que eles ou devem desistir do seu anti-reducionismo ou então rejeitar a possibilidade de relações causais psicofísicas. A negação da causação psicofísica pode ocorrer de duas maneiras: primeiro, você faz tal negação porque não acredita que são eventos mentais; ou segundo, você mantém a fé em eventos mentais mesmo embora você reconheça que eles nunca entram em transações causais com processos físicos, constituindo seu próprio mundo causal autônomo. Então, ou você abraça o eliminativismo, ou então você está avançando na direção do dualismo, um dualismo que postula um reino do mental em total isolamento causal do reino físico. Isso não me parece muito parecido com o materialismo.

Nossa conclusão, portanto, tem que ser esta: o materialismo não-reduutivo não é uma posição estável. Há pressões de vários tipos que o empurram seja na direção do eliminativismo absoluto ou na direção de uma forma explícita de dualismo.

Meus agradecimentos a Richard Brandt, Sydney Shoemaker e

³¹ Ver «Postscripts on Mental Causation».

Ernest Sosa pelos úteis comentários desde versões anteriores e a David Benfield, Barry Loewer e Brian McLaughlin por discutir comigo alguns dos tópicos deste texto.

CAPÍTULO 3

Conexões não-causais^{1*}

“Se o fósforo não tivesse sido riscado, ele não teria acendido.” Este contrafactual expressa uma relação de dependência entre dois eventos: a ignição do fósforo dependia do fósforo ser riscado. Aqui, a dependência é causal: riscar o fósforo fê-lo acender. Dizemos também: a ignição foi causalmente determinada pelo friccionar. A relação causal é um caso paradigmático do que chamarei de relações de “dependência” ou “determinação” entre eventos e estados; de fato, é a única relação desse tipo que tem sido explicitamente reconhecida e amplamente falada.

O lugar dominante atribuído à relação causal é evidente no fato, por exemplo, de que a tese do determinismo universal é mais frequentemente declarada de alguma forma como “*Todo evento tem uma causa*”. A suposição implícita em tal formulação é que ser determinado vem a ser a mesma coisa que ser causado. Isso, no entanto, requer reconsideração. Parece haver relações de dependência entre eventos que não são causais e, como argumentarei, o determinismo universal pode ser verdadeiro mesmo se nem todo evento tiver uma causa. Essas relações de dependência não-causais são pervasivamente presentes na rede de eventos,

¹ *Do original “Noncausal Connections,” *Nous* 8 (1974): 41-52. Traduzido por Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado R. M. Costa, a presente tradução teve suporte do projeto de pesquisa Normas, Máximas e Ação [2014-2024], processo APQ 0132-7.01/14 financiado pelo FACEPE.

e é importante entender sua natureza, suas inter-relações e sua relação com a relação causal se quisermos ter uma visão clara e completa das maneiras pelas quais os eventos andam juntos neste mundo.

II

Quando Sócrates morreu na prisão ateniense, Xantipa tornou-se viúva. O início da viuvez de Xantipa foi determinado pela morte de Sócrates. Como poderíamos dizer, Xantipa ficou viúva em consequência de, como resultado, ou, em virtude da morte de Sócrates. Pode-se objetar que aqui há um evento, não dois, que a morte de Sócrates é na verdade, idêntica a Xantipa se tornar uma viúva.

Não daremos um argumento extenso aqui para mostrar que esses dois eventos não são idênticos, exceto a menção de dois pontos. Um deles diz respeito as localizações espaciais desses eventos: a morte de Sócrates ocorreu na prisão, ao passo que não é de todo plausível localizar Xantipa se tornando uma viúva lá. Este último evento, se é que teve uma localização, ocorreu onde Xantipa estava quando Sócrates morreu. Em segundo lugar, encontro muito o que recomendar em um relato de eventos segundo o qual um evento é uma estrutura que consiste em um objeto concreto, uma propriedade exemplificada por ele, e o tempo em que ele é exemplificado². E é uma consequência desse ponto de vista que Sócrates morrendo em um momento t não é o mesmo evento que Xantipa ficar viúva em t . Além desses dois pontos, algumas das observações abaixo sobre as relações assimétricas entre os dois eventos devem reforçar a visão de dualidade com relação a eles.

² Ver os ensaios 1 [Causation, nomic subsumption, and the concept of event] e 3 [Events as property exemplifications] deste volume.

Dado que são eventos distintos, qual é a sua relação um com o outro? Acho que parte da resistência contra o relato dos eventos aludidos decorre do sentimento de que a dualidade desses eventos é inaceitável em vista da óbvia relação íntima entre os dois. A resposta é, claro, que o fato de serem eventos diferentes não impedem que estejam intimamente relacionados. O topo desta mesa não é a mesma coisa que a mesa; isso não significa que os dois não são intimamente relacionados: um faz parte do outro. Uma vez que se adota a posição da dualidade, no entanto, a relação entre os dois eventos deve ser esclarecida: se a identidade não é a relação entre eles, o que é?

Esta é uma relação causal? A morte de Sócrates é a causa de Xantipa ficar viúva? Há dificuldades com essa visão causal. Antes de tudo, os dois eventos ocorrem com absoluta simultaneidade. (Se pensarmos que a morte é um processo e não um evento instantâneo, poderíamos tomar o término do processo de morte como nosso exemplo). Assim, se for plausível localizar esses eventos em diferentes posições espaciais, nós teríamos que aceitar este caso como um no qual a ação causal é propagada instantaneamente através da distância espacial. Além disso, sob a explicação da regularidade da causação - a visão associada a Hume de que as relações causais individuais fundamentam regularidades nômicas - é difícil pensar em qualquer tipo de lei empírica contingente para sustentar uma relação causal entre os dois eventos.

De fato, a relação nos parece mais íntima do que aquela mediada por leis causais contingentes. Dado que Sócrates é o marido de Xantipa, sua morte é suficiente, logicamente, para a viuvez de Xantipa: sob a condição de seu casamento monogâmico é necessário que se a morte de Sócrates ocorre num tempo, Xantipa fica viúva neste mesmo tempo. Como poderíamos dizer, em todos os mundos possíveis em que Sócrates é o

marido de Xantipa num tempo t , e em que Sócrates morre em t , Xantipa torna-se uma viúva em t .

III

Assim, pode-se dizer que a proposição de que a morte de Sócrates ocorrida em t , tomada em conjunto com a condição permanente de que Sócrates era o marido de Xantipa em t , implica a proposição de que o início da viuvez de Xantipa ocorreu em t . Note-se, porém, até onde a implicação vai; a morte de Sócrates e a viuvez de Xantipa são simetricamente relacionadas: é necessariamente verdade que, dado seu estado marital, Sócrates morre a um tempo se , e, somente se , Xantipa tornar-se viúva nesse tempo. Portanto, a relação de implicação é reversível. No entanto, a dependência da viuvez de Xantipa face a morte de Sócrates não é reversível. *Se, ou não, Xantipa torna-se viúva num dado tempo depende de se , seu marido morre nesse dado tempo, num sentido de "dependência" em que o inverso disso não é verdade: se Sócrates morra ou não num dado tempo não depende se Xantipa se torna ou não viúva naquele dado tempo. Esta assimetria se reflete em nossa atitude em relação aos dois contrafactuais a seguir:*

Se Sócrates não tivesse morrido em t , Xantipa não teria ficado viúva em t .

Se Xantipa não tivesse ficado viúva em t , Sócrates não teria morrido em t .

Tomaríamos a primeira delas como evidentemente verdadeira. Sob a suposição contrafactual da segunda de que Xantipa não ficou viúva em t , provavelmente alteraríamos a condição conjugal de Sócrates do

que mexeríamos com o fato de sua morte em t . A mecânica precisa de tudo isso permanece a ser melhor explicada — e houve contribuições importantes nesta área nos últimos anos - mas ainda há dúvida de se o contrafactual de dependência, para usar um termo de David Lewis³, entre os dois eventos é irreversível.

Outro aspecto da dependência assimétrica entre os dois eventos envolve agência. Nós presumivelmente aceitaríamos a primeira, mas rejeitaríamos a segunda das duas afirmações a seguir:

Ao provocar a morte de Sócrates, poderíamos provocar a viuvez de Xantipa.

Ao provocar a viuvez de Xantipa, poderíamos provocar a morte de Sócrates.

Um tipo comum de caso em que a relação de provocar um estado ou evento q provocando um estado ou evento p é assimétrico é aquela onde p e q estão causalmente relacionados. Por exemplo, ao provocar um aumento do comprimento de um pêndulo, podemos provocar uma mudança em seu período de oscilação, mas não achamos que podemos aumentar seu comprimento alterando seu período de oscilação. Neste caso, a assimetria da relação de agência, como a chamaremos, reside na assimetria causal entre estados ou eventos provocados pelas ações⁴: a mudança no comprimento é a causa da mudança no período, e a mudança no período não é a causa da mudança no comprimento. (Isso é assim,

³ Em seu "Causation", *Journal of Philosophy* 70 (1973): 5.

⁴ Alguns filósofos querem explicar a assimetria causal em termos da assimetria da relação de agência; veja Douglas Gasking, "Causation and Recipes", *Mind* 64 (1955): 479-87; Georg H. von Wright, *Explanation and Understanding* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1971).

mesmo que a correlação legal entre eles seja completamente simétrica). Ao provocar a causa, você provoca o efeito; mas você não pode provocar a causa provocando o efeito. Da mesma forma, a assimetria da relação de agência em “Poderíamos provocar a viuvez de Xantipa provocando a morte de Sócrates” aponta para a assimetria da relação de dependência entre a viuvez de Xantipa e a morte de Sócrates. Como no caso causal, a assimetria do primeiro parece estar enraizada na assimetria deste último.

IV

Fazemos uma coisa fazendo outra, e esse “por-em-relação”, como às vezes é chamado, gera cadeias (ou, como afirma Goldman,⁵ *treelike*), estruturas de ações. Deste modo, eu movo minha mão, girando assim a maçaneta, abrindo a janela, deixando então entrar ar fresco, e assim por diante. A relação entre quaisquer duas ações adjacentes em tal cadeia parece exibir muitas das características assinaladas, características de determinação não-causal do evento.

Considere as seguintes duas ações, meu girar a maçaneta e meu abrir a janela. (1) O contrafactual “Se eu não tivesse girado a maçaneta, eu não teria aberto a janela” parece ser verdade. (2) O contrafactual inverso “Se eu não tivesse aberto a janela, não teria virado a maçaneta” parece falso, ou, na melhor das hipóteses, duvidoso. (3) Há um sentimento definido que a ação de abrir a janela é dependente, *determinada por*, a ação de girar a maçaneta, que fornece o conteúdo intuitivo substancial ao termo “geração” usado por Goldman para caracterizar as relações de

⁵ Alvin I. Goldman, *A Theory of Human Action* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1970), ch. 2.

dependência desse tipo entre as ações. (4) A relação entre ações, no entanto, não é causal - eu girar a maçaneta não causa o meu abrir a janela.

Uma característica interessante de tal par de ações é esta: não são apenas as ações que apresentam uma relação de dependência assimétrica; os estados ou eventos provocados por elas também exibem tal relação. Vamos pensar nas ações como casos de provocar um estado de coisas ou evento;⁶ assim, uma ação pode receber uma descrição canônica “ S provoca P ”, onde p é um estado ou evento individual. Assim, meu giro da maçaneta é a minha causa de girar a maçaneta, e minha abertura da janela é meu provocar a janela ser aberta. Seguindo von Wright⁷, podemos chamar o estado ou evento provocado por uma ação de o “resultado” dessa ação. Evidentemente, então, o resultado da primeira ação, ou seja, o giro da maçaneta, é uma causa do resultado do segundo, ou seja, a janela estar aberta. Portanto, temos uma estrutura de dependência de dois níveis: a ação de trazer q é dependente da ação de provocar p , e q é dependente (causalmente, neste caso) de p . É plausível pensar que a primeira dependência deva ser explicada em termos da segunda, e que a assimetria de a última relação é o que gera a assimetria da primeira.

O par de ações que acabamos de considerar é uma instância do que o Goldman chama de “geração causal”. Mas a estrutura dual de dependência não se limita a essa variedade de geração da ação. Considere minha sinalização para uma virada estendendo meu braço esquerdo, que é um caso da “geração convencional” de Goldman: as duas ações exibem

⁶ Ver Roderick M. Chisholm, “Freedom and Action”, em *Freedom and Determination*, ed. Keith Lehrer (Nova York: Random House, 1966); também von Wright, *Explanation and Understanding*. Nem todas as ações são vistas com satisfação como casos de realização de um evento ou estado; ver Donald Davidson, “The Logical Form of Action Sentences”, reimpresso em seus *Ensaio sobre Ações e Eventos* (Oxford: Oxford University Press, 1980).

⁷ *Explanation and Understanding*, pp. 66 ss.

as características (I)-(4) mencionadas acima, e o resultados dessas ações, um sinal de volta sendo feito e meu braço esquerdo sendo estendido, exibem uma relação de dependência semelhante. Aqui, a relação determinante entre os resultados não é causal; ela envolve convenções e regras em vez de leis e regularidades. Se voltarmos ao caso da morte de Sócrates e o tornar-se viúva de Xantipa, temos um caso da “geração simples” de Goldman: de acordo com o seu esquema, meu provocar a morte de Sócrates geraria simplesmente o meu provocar a viuvez de Xantipa. Já observamos a relação de dependência entre as duas ações e também entre seus respectivos resultados⁸.

A seguinte conjectura, penso eu, está em ordem: a estrutura hierárquica das ações geradas pela relação de agência é, em última análise, fundamentada em uma estrutura hierárquica paralela de eventos e estados que são os resultados dessas ações no sentido de von Wright. E isso sugere um relato da relação de agência e estruturas de ação geradas por ela dentro de uma teoria dos eventos, estados e as relações de dependência determinantes que os contenham. Essa linha de abordagem se sustenta no fato de que certas características de uma estrutura de ação parecem ser explicáveis em termos das características da estrutura determinante de eventos e estados subjacentes a ela. Por exemplo, a assimetria e a transitividade da relação de agência, as duas propriedades que são essenciais para gerar as estruturas em forma de árvore [*treelike*] de Goldman, estão talvez enraizadas na natureza assimétrica e transitiva

⁸ Goldman reconhece um quarto tipo de geração de ação que ele chama de “geração aumentada”; por exemplo, o fato de eu estender meu braço aumentativamente gera minha extensão de meu braço pela janela do carro. Esse tipo de caso também parece analisável de maneira semelhante: aqui a relação entre os eventos ou estados provocados pelas duas ações seria uma de *inclusão* (meu braço sendo estendido para fora da janela do carro *inclui* ser estendido). É claro que é um problema adicional explicar uma noção apropriada de “inclusão”.

das relações de dependência determinativas, causais e não causais, que vale para a rede subjacente de eventos e estados. Um problema central em realizar tal projeto seria caracterizar uma relação R para eventos e estados tais que, se um agente produz p , então, para qualquer q , p é relacionado por R a q , se, e somente se o agente produz q ao provocar p . É provável que tal R seja uma ampla relação de dependência de eventos que subsumi como casos especiais a relação causal e as outras relações de dependência observadas neste texto.

Deixando de lado essas especulações maiores, há problemas mais específicos de interesse por ações e relações de dependência, das quais citamos algumas abaixo sem comentários.

- (i) O seguinte é geralmente verdadeiro: se p causa q , e uma pessoa S produz p , então S produz q ao produzir p ? É o anterior geralmente verdadeiro quando p determina de forma não-causal q , digamos, da maneira da morte de Sócrates e da viuvez de Xantipa?
- (ii) Se S produz p , e p causa q , é correto ou útil dizer que o fato de S produzir p é uma causa de q ? E é o caso em que p determina q de forma não-causal?
- (iii) Existem casos iterativos de produção (por exemplo, minha produção sobre você está provocando p), e se houver, que princípios os regem? Por exemplo, se S produz W produzindo p , S produz p ?
- (iv) Digamos, seguindo o que se tornou um uso padrão, que S' produz p é uma ação básica no caso de não haver q tal que S produz p produzindo q . Se S produzir p é uma ação básica, pode p ser determinado causalmente ou não causalmente por outro evento q ?

Um objeto está sendo aquecido e, como resultado, está se expandindo. Vamos supor que há uma regularidade de leis para o aquecimento e a expansão instanciada por esta relação causal. Definimos uma expressão de propriedade "F" como verdadeira para qualquer objeto apenas no caso de haver um objeto 50 milhas ao sul que está sendo aquecido. Então a seguinte regularidade é obtida: sempre que um objeto tem a propriedade F, outro objeto 50 milhas ao sul está se expandindo. Esta regularidade é completamente geral e parece ser capaz de sustentar um contrafactual da forma "Se este objeto tivesse F, haveria um objeto 50 milhas ao sul, que está se expandindo." De acordo com as leis de regularidade padrão, uma declaração expressando essa correlação derivada entre F e a expansão se qualificaria como uma lei, e sob alguma versão da regularidade da causação de um objeto tendo F seria certificada como uma causa da expansão de outro objeto⁹.

Além das dificuldades óbvias que isso apresenta para a explicação de regularidade da causação (e, podemos acrescentar, para a explicação da lei de cobertura), estamos inclinados a duvidar do status de F como um elemento constitutivo da propriedade de eventos, isto é, uma propriedade cuja exemplificação para um objeto no tempo é um evento, e é duvidoso também sobre a "lei" que conecta F com a expansão. Que existe uma regularidade não-excepcional, baseada na lei entre eles não pode ser negado; no entanto, esta "lei" parece incapaz de fornecer conexões causais ou explanatórias: não podemos dizer que um dado objeto está se expandindo porque outro tem a propriedade F. E a razão para

⁹Para mais discussões de casos deste tipo em conexão com a causação humeana, veja-se meu ensaio *Causation, nomic subsumption, and the concept of event*.

isso parece estar em F. Embora seja uma propriedade bem definida, uma exemplificação de F por um objeto não é, como sentimos, um “evento real” ou “mudança real”. A mudança real nessa situação ocorre com o objeto que está sendo aquecido, e um objeto tem F somente em virtude desse evento. O problema não tem nada a ver com a forma como o termo “F” é explicado; isso fica evidente a partir do fato de que não há nada de inconveniente sobre eventos F^* , onde “ F^* ” é a verdade de um objeto no caso de haver um objeto a 50 milhas ao norte que tenha propriedade F noticiada, além disso, que um evento como um evento-F não é o que C.J. Ducasse e outros chamaram de “inalteração” - uma condição estática que persiste por um período de tempo, por exemplo, a temperatura de um objeto permanece constante durante um período de tempo. Uma inalteração pode ser tão “real” quanto mudanças reais, e pode ser uma causa de outros eventos em um sentido pleno. O que distingue eventos como eventos-F é sua natureza parasitária e derivada; F não representa uma condição no objeto que lhe é atribuída, quer a condição envolva ou não uma mudança.

Nosso evento-F é um caso típico do que Peter Geach chamou, um pouco sardonicamente, uma “mera mudança de Cambridge”¹⁰. Uma “mudança de Cambridge” diz-se que ocorre a um objeto se houver um predicado verdadeiro dele em um dado tempo, porém falso [o predicado dele] em um momento posterior. (Segundo Geach, esse era o critério de “mudança” defendida por filósofos ilustres de Cambridge como Russell e McTaggart.). Portanto, todas as mudanças reais são mudanças de Cambridge - pelo menos aquelas que são representáveis por predicados - mas o inverso claramente não é verdadeiro. Tomemos emprestado o termo “Cambridge” com uma ligeira modificação: nós devemos dizer

¹⁰ Em seu *God and the Soul* (London: Routledge & Kegan Paul, 1969), p. 71

“mudança de Cambridge” ou “evento de Cambridge” onde Geach diria “mera mudança de Cambridge”, etc. Também falaremos de “dependência de Cambridge” e “determinação de Cambridge” para nos referirmos a maneira pela qual os eventos F são determinados por, e são dependentes acerca de, eventos de aquecimento, e em que, como veremos em breve, a viuvez de Xantipa é determinada por e depende acerca de, a morte de Sócrates.

Alguém ficar viúva é muito parecido com um evento F: em cada caso, um objeto sofre uma mudança em uma propriedade em virtude de estar relacionado de uma maneira prescrita a outro objeto totalmente distinto que sofre uma mudança. E a maneira pela qual o evento de tornar-se viúva depende de uma morte é muito parecida com a maneira como um evento F depende de um evento de aquecimento, como se pode verificar checando a assimetria e o caráter não-causal desta última dependência. Podemos dizer, portanto, que o pensamento de Xantipa tornar-se viúva é um evento de Cambridge, uma dependência de Cambridge acerca da morte de Sócrates.

Anteriormente argumentamos que a morte de Sócrates não é a causa da viuvez de Xantipa. Qual é então a sua causa? A morte foi causada por Sócrates ter bebido cicuta. Poderia este evento ser a causa da viuvez de Xantipa? Como no caso de F e expansão, podemos até fornecer uma boa lei Humeana para subsumir o consumo de cicuta por Sócrates e Xantipa se tornar uma viúva. Pois, dada a lei, vamos supor que quem bebe cicuta morre, temos a lei - pelo menos uma regularidade Humeana - que qualquer pessoa cujo marido bebe cicuta ela fica viúva. Mas esta “lei”, embora completamente geral e suportadora do contrafactual, não parece sancionar um julgamento causal conectando o antecedente e o conseqüente. Por qual mecanismo causal a ingestão de cicuta leva a viu-

vez? Podemos traçar a cadeia causal da bebida da cicuta até a morte, mas não mais; a conexão entre a morte e a viuvez de Xantipa não é causal. E parece que a única maneira de uma cadeia causal poder chegar à viuvez é através da morte. Também o intervalo de tempo entre a ingestão da cicuta e do início da viuvez não tem nenhuma relação com sua distância espacial ou qualquer outra característica significativa da viuvez; sua viuvez começa quando e precisamente quando Sócrates expira [morre] como resultado do envenenamento da cicuta.

Descartar o papel da ingestão de cicuta por Sócrates como causa da viuvez de Xantipa é excluir, por implicação, qualquer outro evento que seja causa da morte como causa da viuvez. E se nem a morte de Sócrates, nem qualquer de suas causas é a causa da viuvez de Xantipa, então só podemos concluir, pense, que este evento não tem causa. Podemos contar uma história sobre como se deu que Xantipa ficou viúva, mas isso não é especificar sua causa, nem é dar uma explicação causal disso. Eventos como esse são determinados por outros eventos; sua ocorrência é completamente dependente da ocorrência de outros, mas isso não quer dizer que eles são causalmente determinados por eles. Reconhecer tais eventos não é abrir mão do determinismo universal; significa apenas que o determinismo não deve ser entendido como uma tese afirmando que todo evento é causalmente determinado.

VI

Até agora identificamos dois tipos de caminhos pelos quais um evento é determinado de forma não causal por outros eventos: um é a “dependência de Cambridge”, exemplificado por um par de eventos, como a morte de Sócrates e a viuvez de Xantipa, e a outra é a dependência de agência, exemplificada por um par de ações das quais uma é reali-

zada fazendo a outra. Existem outros modos de determinação de eventos não-causais? Acredito que a composição de eventos é uma maneira importante pela qual os eventos são determinados por outros eventos. Por “composição de eventos” tenho em mente a maneira pela qual um evento é composto por outros eventos como seus constituintes. Existem várias maneiras distinguíveis pelas quais um evento pode ser considerado um evento composto; a seguir são alguns dos mais óbvios:

- (1) Fred faz um arremesso. Ele pula, e ele lança a bola de basquete ao mesmo tempo. O evento de Fred fazer um arremesso é um evento composto tendo como componentes o salto e o lançar a bola.
- (2) A superfície de um líquido está mudando de amarelo para laranja. Este evento pode ser pensado como consistindo de dois eventos, a metade esquerda da superfície passando de amarelo para laranja e a metade direita fazendo o mesmo. Esses eventos constituintes são partes espaciais do evento composto.
- (3) De modo análogo um evento pode ter outros eventos como partes temporais. A dependência contrafactual entre um evento composto e seus constituintes, tomados separadamente, parece exibir o tipo de assimetria que temos observado em conexão com a dependência de Cambridge. Um contrafactual como “Se Fred não tivesse saltado em t , ele não teria feito um salto em t' ” geralmente parece verdadeiro, enquanto a verdade de seu inverso parece tanto duvidosa ou dependente de algumas características especiais de casos individuais. Quanto à assimetria da relação de agência, a si-

tuação é um pouco mais complicada. Seja e um evento composto tendo e_1 e e_2 como seus únicos constituintes. É sempre verdade dizer «Nós podemos produzir $\langle e \rangle$ produzindo $\langle e_1 \rangle$ e $\langle e_2 \rangle$ ”? Se “Produzir e_1 e e_2 ” significa “produzir $e_1 + e_2$ ” onde “+” denota o modo particular de composição do evento envolvido, então a afirmação parece desinteressantemente verdadeira - ou desinteressantemente falsa; pois ‘ e ’ é $e_1 + e_2$. Por outro lado, se “produzir e_1 e e_2 ” significa “produzir e_1 e produzir e_2 ”, a afirmação é novamente verdadeira - a menos que “produzir e_1 e produzir e_2 ” seja tomado para implicar que os dois eventos podem ser realizados independentemente um do outro. Não é difícil encontrar casos de eventos compostos em que podemos produzir os eventos constituintes apenas produzindo o evento composto como um todo, por exemplo, um movimento complexo aprendido que só podemos executar como um todo. Tal caso fornece um exemplo em que se pode produzir um evento constituinte - talvez apenas mediante - a produção do evento composto.

O que esta breve discussão mostra é que, diferentemente da dependência de Cambridge, a dependência composicional não mostra uma clara assimetria com respeito à relação de agência. Algumas dessas divergências eram somente esperadas, pois um evento composto, diferentemente de um evento de Cambridge, não é uma mera sombra de um evento epifenômeno que acontecem em outros lugares; é literalmente um composto desses eventos. Outro ponto de diferença é que a dependência composicional, ao contrário da dependência de Cambridge, transmite relações causais: qualquer evento que seja uma condição causal de um evento constituinte também é uma condição causal do evento composto do qual é um constituinte.

A dependência de agência também parece transmitir relações causais: se uma ação é feita realizando outra, uma condição causal deste última é também uma condição causal da primeira (isso é observado por Goldman),¹¹ e a este respeito a dependência de agência também difere da dependência de Cambridge.

Por outro lado, todos esses modos não-causais de determinação de eventos transmitem relações determinantes: se um evento é dependente de outro em qualquer um desses modos, qualquer condição determinante da segunda é também uma condição determinante da primeira. Não há nada surpreendente sobre isso; é algo que se esperaria das relações de dependência e determinação.

Um estudo minucioso da dependência composicional nos recompensará de duas maneiras. Em primeiro lugar, uma compreensão clara disso provavelmente lançará luz sobre a noção de "mudança real". Pois uma mudança na composição de um objeto é tão clara quanto o caso de uma mudança ser no objeto como podemos pensar. (Lembre-se da ideia dos antigos de que a alma é imortal porque é indivisível, isto é, não tem partes.) Em segundo lugar, a relação micro-macro entre estados e eventos parece ser um caso especial de dependência composicional, e é provável que um tratamento sistemático deste último nos ajudará a compreender o primeiro. Desnecessário dizer que a relação micro-macro desempenha um papel crucial em muitos problemas filosóficos.

VII

O que dissemos até agora gera uma série de perguntas. Só para mencionar algumas: Por que a morte de Sócrates não é um even-

¹¹ A Theory of Human Action, p. 75.

to dependente de Cambridge acerca de outros eventos “mais básicos”? Existem eventos que podem ser chamados de “básicos” (compare com “ações básicas”)? É realmente necessário ou útil tratar coisas como alguém ficar viúva como eventos, e se não, que tipo de coisa são eles? O que é um “evento real”? Os eventos de Cambridge entram em relações causais?

Os eventos neste mundo estão inter-relacionados de várias maneiras. Entre eles, os que chamamos de relações de dependência ou determinação são de grande importância. Em linhas gerais, são essas relações, juntamente com as temporais e as espaciais, que dão estrutura significativa ao mundo dos eventos. O objetivo principal do presente artigo foi mostrar que a causalção, embora importante e de muitas maneiras fundamental, não é a única relação, e que há outras relações determinantes que merecem reconhecimento e escrutínio cuidadoso.

CAPÍTULO 4

Pós-escrito sobre causalção mental I^{1*}

1. Causalção mental como causalção superveniente

O relato da causalção mental defendido em vários ensaios na *Parte II – Mente e causalção mental* do livro *Superveniência e mente* vê a causalção mental como “causalção superveniente”. A ideia, grosso modo, é que para uma instância da propriedade mental *M* causar, ou ser causada por, um evento *e* (vamos supor que *e* seja um evento físico), as seguintes condições devem ser mantidas: há uma propriedade físico-biológica *P* tal que (1) *M* sobrevém em *P*; (2) *P* é instanciado na ocasião da instanciação de *M*; e (3) esta instância de *P* causa *e*, ou é causada por *e* (em seu relato favorito de causalção física). Eu ainda acho algo como este relato, e um similar para o caso da causalção mental-mental, atraente e apelativo de muitas maneiras, mas acredito que o relato enfrenta algumas dificuldades que ainda precisam ser resolvidas.

^{1*}Do original “Postscripts on mental causation” publicado em *Supervenience and mind - Selected Philosophical Essays*. Cambridge University Press, 1993, pp.358-362. Traduzido por Danilo Vaz-Curado R. M. Costa e José Marcos Gomes de Luna, a presente tradução teve suporte financeiro dentro do projeto de pesquisa Normas, Máximas e Ação [2014-2024], processo APQ 0132-7.01/14 financiado pelo FACEPE.

Algumas objeções e críticas específicas foram expressas por filósofos, incluindo Brian McLaughlin, Peter Menzies, Gabriel Segal e Elliott Sober². Embora os pontos levantados por eles sejam em geral válidos e precisem ser levados a sério, não acho que eles atinjam o cerne do relato; acho que são razões para refinar o relato em vez de razões para abandonar a abordagem. (Na verdade, Segal e Sober ajudam a oferecer uma versão totalmente melhorada do relato.) A abordagem tem muita plausibilidade intuitiva, bem como um potencial para satisfazer vários requisitos filosóficos e, por essa razão, pode valer a pena salvá-la. A ideia básica era simples: relações causais entre macroeventos e macropropriedades devem ser mantidas em virtude de (e, portanto, ser explicáveis em termos de) relações causais válidas para eventos e propriedades em um nível mais básico.

Este é apenas um caso especial da tese geral de que todos os fatos sobre o mundo sobrevivem a fatos microfísicos. Mas essa ideia básica pode ser desenvolvida em uma explicação filosófica viável? Quero discutir aqui duas dificuldades potenciais com o modelo de causalidade superveniente, apresentado no Ensaio *Conceitos de Superveniência* no livro *Superveniência e mente* e em outros lugares, como uma forma de implementar essa ideia básica.

A primeira questão diz respeito a como devemos lidar com o epifenomenalista. Ele acredita nas seguintes coisas: (1) eventos mentais nunca causam nada, e as propriedades mentais são causalmente inertes; (2)

² Brian McLaughlin, «Event Supervenience and Supervenient Causation,» *Southern Journal of Philosophy* 22 (1984), the Spindel Conference Supplement: 71-92. Peter Menzies, «Against Causal Reductionism,» *Mind* 97 (1988): 551-574. Gabriel Segal and Elliott Sober, «The Causal Efficacy of Content,» *Philosophical Studies* 63 (1991): 1-30.

todo evento mental é causado por algum evento físico. O epifenomenalista, portanto, acredita que uma vez que todos os fatos físicos são fixados, isso fixa todos os fatos mentais. Ou seja, ele aceita a superveniência mente-corpo. A alegação de superveniência que acabamos de afirmar tem a forma de “superveniência global”; mas o epifenomenalista, podemos ter certeza, ficará confortável com a superveniência local do mental sobre o físico - a tese de que os estados físicos-biológicos de um organismo determinam totalmente seus estados conscientes. Mas o epifenomenalista também aceita (1), a alegação de que o mental é causalmente inerte. E, para todas as aparências, o epifenomenalismo é uma posição consistente. Se este for o caso, o modelo de causalidade superveniente não pode, ao que parece, ser todo o caso. Pois o epifenomenalista está disposto a aceitar que M_1 é superveniente em P_1 e que uma instância de P_1 causa P_2 instanciando-o, mas ele rejeita a eficácia causal de M_1 com relação a P_2 . Então a questão é esta: se “causação superveniente” é algo com que até mesmo o epifenomenalista pode viver, não poderia ser “causação” apenas no nome? É uma relação robusta o suficiente para justificar a eficácia causal do mental?³

Em verdade, no epifenomenalismo, a relação de M_1 a P_1 não é, estritamente falando, de superveniência, mas de causação: P_1 causa M_1 instanciando-o, e, diferentemente da superveniência mente-corpo como entendida de forma padrão, isso pode envolver um lapso de tempo entre uma instância de P_1 e a instância de M_1 que ele causa. No Ensaio *Cau-*

³ Entre aqueles que levantaram preocupações desse tipo estão Cynthia e Graham Macdonald, “Mental Causes and Explanation of Action”, in *Mind, Causation and Action*, eds. Leslie Stevenson, Roger Squires e John Haldane (Oxford: Blackwell, 1986), p. 37; Peter Bieri, “Trying Out Epiphenomenalism”, *Erkenntnis* 36 (1992): 283-310; e John R. Searle, *The Rediscovery of the Mind* (Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1992), p. 125.

sação superveniente e epifenomenal, tentei explorar essa diferença, mas não ofereço nenhuma explicação convincente de por que essa diferença deveria fazer a diferença. Agora estou incerto se é algo mais do que uma mera diferença técnica; o epifenomenalista ficaria feliz, eu acho, em usar termos como “superveniência” ou “determinação superveniente” em vez de “causação” se eles estivessem disponíveis. Se a relação psicofísica é caracterizada como “determinação causal” ou “determinação superveniente” pode fazer pouca diferença para o epifenomenalista.

Uma maneira possível de lidar com essa dificuldade é esta: viramos a mesa e dizemos que essas considerações mostram, afinal, que há versões de epifenomenalismo que não são tão implausíveis quanto o epifenomenalismo é frequentemente pensado, geralmente sem uma consideração cuidadosa.⁴ Para ser mais exato, pode ser discutível que as considerações que levaram, ou induziram em erro, o epifenomenalista às suas conclusões deflacionárias sobre os poderes causais da mente na verdade mostram apenas que a causação mental é uma instância de causação superveniente, e que isso significa (Ensaio *Causação superveniente e epifenomenal*,) que *a causação mental é tão robusta e respeitável quanto qualquer outro tipo de relação causal envolvendo macropropriedades e eventos*. Em qualquer caso, pode haver apenas uma linha muito tênue entre o epifenomenalismo sobre uma classe de relações causais (aparentes) e a visão de que essas relações causais não estão entre os processos causais fundamentais do mundo, mas são apenas supervenientes ou dependentes deles. (Isso é semelhante à linha tênue que separa um eliminativismo sobre uma classe de entidades e um

⁴ Sobre esta questão, veja Peter Bieri, “Trying Out Epiphenomenalism”.

reducionismo sobre elas.) Em qualquer caso, o fisicalismo deve respeitar a basicidade e prioridade do físico, e isso deve incluir respeito pela basicidade da causação física. Se os fatos físicos determinam todos os fatos, deve ser o caso de que os fatos físicos, incluindo fatos causais sobre eventos e estados físicos, devem determinar todos os fatos sobre a causação mental. Por essa razão, qualquer relato “fisicalisticamente correto” da causação mental deve inevitavelmente tornar a causação mental dependente e derivada da causação física, expondo-se assim à acusação de epifenomenalismo.

Como argumentei nos ensaios “O mito do materialismo não reducionista” e “Dretske sobre como as razões explicam o comportamento” e em “Os problemas não-reducionistas com a causação mental”, um dos problemas que devem ser abordados por qualquer teoria de causação mental é o da “exclusão causal”. O problema, resumidamente, surge da suposição, que é amplamente aceita pelos fisicalistas, de que o domínio físico é causalmente fechado - isto é, se um evento físico tem uma causa em t , ele tem uma causa física em t . Dada essa suposição, é difícil ver como as propriedades mentais podem ter qualquer papel na causação de eventos físicos - a menos que, isto é, sejam redutivamente identificáveis com propriedades físicas. Mas esse é um fisicalismo do tipo reducionista que poucos filósofos aceitam no momento. Em geral, uma causa suficiente de um evento exclui a alegação de qualquer outro evento síncrono distinto ser uma causa do mesmo evento (vide meu ensaio “Mecanismo, finalidade e exclusão explicativa”) — a menos que a situação seja de genuína sobredeterminação causal, uma possibilidade que pode ser desconsiderada. O fechamento causal físico, portanto, parece não deixar espaço para causas não-físicas de eventos físicos (Ensaio “O

mito do materialismo não reducionista” e “Dretske sobre como as razões explicam o comportamento” e em “Os problemas não-redutivistas com a causação mental”): Se um evento físico tem uma causa física suficiente, que trabalho causal resta para um evento que consiste na instanciação de alguma propriedade mental *não-física*?

O modelo de causação superveniente pode fornecer uma solução não-redutivista para esse problema? A relação de superveniência envolvida é a superveniência forte; é claro que nem a superveniência fraca nem a superveniência global são apropriadas para o trabalho. Vamos deixar de lado a dificuldade potencial de que a superveniência mental-física forte pode implicar redutibilidade mental-física, com o resultado de que a causação superveniente acaba sendo uma solução reducionista. Assumindo então que alguma relação de superveniência não-reducionista está disponível para a causação superveniente, vamos retornar à nossa pergunta: A causação superveniente é uma solução para o problema da exclusão?

A resposta, acredito, é que a causação superveniente como desenvolvida no ensaio “Causação superveniente e causação epifenomenal” pode não ser uma solução totalmente adequada, e aqui está o porquê. *Ex hypothesi*, M_1 é superveniente em, mas distinto de, P_1 e P_1 é uma causa suficiente de P_2 (por brevidade, excluo referências a *instâncias* dessas propriedades). Mas se P_1 é uma causa suficiente de P_2 , que trabalho causal há para M_1 contribuir na causalidade de P_2 ? Admitindo que M_1 é superveniente em, e dependente de, P_1 e, portanto, não uma causa independente de P_2 : enquanto M_1 permanecer uma propriedade distinta não identificada com P_1 , devemos, ao que me pareceria, ainda conter com as duas supostas causas de um único evento. Dada a assunção

implícita neste modelo de que processos causais fundamentais ocorrem no nível físico, o papel causal imputado a M_1 em relação a um evento no nível físico deveria nos parecer algo misterioso, e deveríamos nos perguntar qual propósito poderia ser servido por esta obscura “causa superveniente” que acompanha a causa física. (É claro que este problema está intimamente relacionado ao problema do epifenomenalismo discutido anteriormente).

Devemos concluir então que a superveniência de M sobre P não remove por si só M como um competidor de P como causa, e a ameaça dele ser excluído por P parece permanecer. Já sabemos que a identificação redutiva de M com P elimina a competição causal e, portanto, resolve o problema da exclusão. Há alguma relação M - P que seja intermediária em termos de força entre a superveniência e a identidade e que funcione igualmente bem?

Em um artigo recente,⁵ Stephen Yablo faz uma sugestão interessante que consiste em duas partes: primeiro, que se M está relacionado a P como *determinável* para determinar, uma instância de M não precisa competir com uma instância de P pelo papel causal; e, segundo, que a relação entre propriedades mentais e suas propriedades físicas subjacentes é apropriadamente construída no modelo da relação determinável-determinado.

Segal e Sober sugeriram que a mera superveniência de M em P é muito fraca para servir como base para explicar a eficácia causal de M em termos daquela de P , e que o que é necessário para o trabalho é uma forma especial de superveniência, “superveniência mereológica”, segundo

⁵ «Mental Causation,» *Philosophical Review* 101 (1992): 245

a qual propriedades de um todo supervêm nas propriedades e relacionamentos que caracterizam suas partes mereológicas.

Ambas as propostas se enquadram na abordagem de superveniência para a causação mental e são dignas de um exame minucioso em conexão com o problema de exclusão. Em particular, precisamos ver por que M e P não irão competir como causas se estiverem relacionadas nas formas especificadas. E precisamos saber se a relação mental-física pode ser corretamente descrita no modelo da relação determinável-determinada ou de superveniência mereológica (sobre a última questão, veja meu "Pós escritos sobre superveniência").

Há outra abordagem possível que pode ser mais promissora. Esta abordagem tenta fazer uso da relação de "realização física". A proposição de que o mental é fisicamente realizado é amplamente aceita (veja meu Ensaio "Múltipla realização e a metafísica da redução"); muitos filósofos a considerariam óbvia e filosoficamente inócua. A ideia principal desta abordagem é esta: se uma dada instância de M ocorre em virtude de ser realizada por P , a instância M e seu P -realizador não competem pelo papel causal. Esta abordagem será discutida em alguns detalhes no próximo *postscript*.

CAPÍTULO 5

Pós-escrito sobre causalção mental II^{1*}

1. Realização física e causalção mental

Uma das conclusões mais salientes do meu ensaio “Realização múltipla e metafísica da redução” é que as propriedades mentais são causalmente não-homogêneas no sentido de que duas instâncias da mesma propriedade mental podem ter poderes causais bastante diversos, e que quanto mais diversamente uma propriedade mental é realizada, maior sua não homogeneidade causal. Estamos assumindo aqui, é claro, que as propriedades mentais são, em geral, multiplamente realizáveis, e que os elementos realizadores de ordem física das propriedades mentais são tipos nômico-causais. No mesmo ensaio, propus um princípio causal (“o Princípio da sucessão causal”) sobre propriedades multiplamente realizáveis, que diz o seguinte: se uma propriedade multiplamente realizável M é instanciada em uma dada ocasião em virtude da instanciação de um de seus realizadores, $P_{i,t}$, os poderes causais desta instância de M são os mesmos que os poderes causais de $P_{i,t}$.

^{1*}Do original “Postscripts on mental causation” publicado em *Supervenience and mind - Selected Philosophical Essays*. Cambridge University Press, 1993, pp.362-367. Traduzido por Danilo Vaz-Curado R. M. Costa e José Marcos Gomes de Luna, a presente tradução teve suporte financeiro dentro do projeto de pesquisa Normas, Máximas e Ação [2014-2024], processo APQ 0132-7.01/14 financiado pelo FACEPE.

Assim, os poderes causais da propriedade mental M estão separados em poderes causais de seus muitos realizadores diversos, P_1, P_2, \dots . Quando falamos dos poderes causais de M como tal, estamos falando disjuntivamente dos poderes causais dos P_i 's; e quando falamos dos poderes causais de uma instância M particular sem saber, ou nos referir ao P_i específico que realiza M naquela ocasião, estamos novamente falando disjuntivamente dos poderes causais dos muitos possíveis realizadores de M . Pode ser, como alguns observaram, que quase qualquer propriedade possa realizar qualquer propriedade mental, dependendo do sistema no qual ela está inserida. Se isso for verdade, teríamos que concluir que pouca informação foi transmitida pela conversa sobre os poderes causais de uma propriedade mental fora de um contexto específico. No entanto, na maioria das situações, é provável que haja suposições de fundo e informações tácitas suficientes para circunscrever, pelo menos amplamente, a classe de possíveis realizadores alternativos para que a referência aos poderes causais de uma propriedade mental possa carregar conteúdo importante e útil. Por exemplo, já sabemos bastante sobre os substratos neurais nomologicamente possíveis de dores humanas, e isso pode servir como base de informações causais úteis sobre instâncias da dor humana.

As propriedades mentais são "causalmente eficazes" por esse motivo? A resposta é que uma propriedade mental é causalmente eficaz enquanto, e na medida em que, cada um de seus possíveis realizadores é causalmente eficaz; e uma instância particular de uma propriedade mental tem exatamente a eficácia causal de seu realizador naquela ocasião. Isso confirma a eficácia causal das propriedades mentais.

Mas e quanto ao problema da exclusão? Considere uma instância de M , e a instância P que a realiza. De acordo com o relato anterior,

elas têm os mesmos poderes causais; na verdade, a instância M “herda” seus poderes causais da instância P . Mas ambas são invocadas como uma causa de algum efeito idêntico. Isso não significa que estamos de volta à nossa situação, aquela em que temos duas causas distintas de um único evento, e a menos que estejamos dispostos a considerar isso como um caso de sobredeterminação causal, não somos forçados a aplicar o princípio da exclusão aqui, com a consequência previsível, a saber, que o mental perde para o físico?

Para ver que o problema da exclusão pode ser resolvido na presente situação, precisamos atender ao conceito de “realização”. Como o termo “realização” é tipicamente usado em discussões do problema mente-corpo, ele parece carregar algo como a seguinte imagem metafísica: para que M seja instanciado em uma determinada ocasião, é necessário que um P_i apropriado seja instanciado nessa ocasião em um ambiente causal apropriado. Não há nenhum outro fato da questão, como se poderia dizer, para a instanciação de M nessa ocasião além da instanciação de P_i no contexto particular envolvido. Eu acho que é precisamente aqui que o conceito de “realizador físico” ou “base de realização física” difere de conceitos como “correlato físico” ou “substrato neural”. Um dualista de atributos sério, um emergentista ou epifenomenalista, ou mesmo um cartesiano, poderia permitir que propriedades mentais tenham correlatos neurais (e outros tipos físicos), mas ele insistiria que isso é apenas uma questão de *duas propriedades* distintas covariando de modo legisferante uma com a outra (ele pode até permitir que o lado mental “dependesse” do lado físico). Para tal teórico, a instanciação de uma propriedade mental é um fato adicional importante além da instanciação de seu substrato neural. É por isso que o dualista de propriedades sério irá, e deve, tomar

propriedades mentais como propriedades genuínas, de “primeira ordem” com suas próprias naturezas intrínsecas distintivas, enquanto o funcionalista — o idioma de “realização” é central para a maioria das versões do funcionalismo - considera propriedades mentais como extrínsecas e relacionais, ou “segunda ordem”, constituídas por seus “papéis causais” e especificadas por “descrições de cargos”. Dado esse quadro geral, sugere-se uma solução simples para o problema de exclusão. A menos que tipos disjuntivos sejam tolerados - e há razões para não fazê-lo - o fisicalismo de tipo padrão é impedido; isto é, não podemos identificar propriedades mentais ou tipos com físicos, e não podemos, em geral, identificar instâncias M com instâncias P , para alguma propriedade física P .

Entretanto, dada qualquer instância- M deve ser uma instância- P_1 ou uma instância- P_2 ou ..., onde P_1, P_2, \dots são realizadores de M , e o conjunto de todas as instâncias- M é a união de todas essas instâncias P_i .² Nesse sentido, podemos dizer que o tipo mental M é disjuntivamente identificado com os tipos físicos P_1, P_2, \dots . Note que M não é identificado com a *disjunção* de P_1, P_2, \dots ; nem uma instância- M é identificada com uma instância da propriedade disjuntiva $P_1 \vee P_2 \vee \dots$. Podemos chamar essa proposta de “fisicalismo de tipos-múltiplos”.

² Isso pode levar a uma revisão da explicação padrão de exemplificação de propriedades de eventos — especialmente se propriedades mentais, apesar de sua múltipla realizabilidade física, forem aceitas como propriedades legítimas de geração de eventos. Pois na explicação padrão duas instâncias de propriedade contam como eventos distintos se as propriedades instanciadas forem distintas. Acredito, porém, que este é um problema sobre propriedades, não diretamente sobre eventos. Considerações avançadas desenvolvidas no ensaio «múltipla realização e metafísica da redução» sobre propriedades disjuntivas podem ser razão suficiente para excluir propriedades mentais como propriedades constitutivas de eventos.

É simples ver como o problema da exclusão é tratado nesta abordagem. Uma instância- M é idêntica a uma instância- P_i , para algum M -realizador P_i , e, portanto, há um evento aqui, não dois, e isso dissipa a competição causal.

Finalmente, vejamos como a presente proposta difere do fisicalismo de token - por exemplo, o "monismo anômalo" de Davidson.³ No fisicalismo de token, os tokens mentais - isto é, eventos mentais individuais - são idênticos aos tokens físicos, mas os tipos ou propriedades mentais são distintos dos tipos e propriedades físicas. Assim, o fisicalismo de token equivale à afirmação de que se qualquer evento individual se enquadra em um tipo mental, ou tem uma propriedade mental, ele também se enquadra em um tipo físico, embora os tipos mentais não sejam tipos físicos. O que é tão insatisfatório sobre isso como uma explicação da relação mente-corpo é o fato de que não diz nada sobre a relação entre propriedades mentais e físicas; a única coisa positiva que diz sobre essa relação é que as propriedades mentais e físicas são co-instanciadas em objetos e eventos. Como o fisicalismo-token é geralmente formulado dentro de uma estrutura de eventos tomados como particulares não-estruturados (às vezes chamados de "eventos davidsonianos"), uma comparação direta com o que chamei de "fisicalismo de tipos múltiplos" é um pouco estranha, já que o último foi formulado dentro da estrutura de eventos tomados como exemplificações de propriedades. No entanto, não é difícil ver que o fisicalismo de tipos múltiplos vai além do fisicalismo token ao dizer algo sobre como as propriedades mentais e os tipos estão relacionados aos tipos físicos. Ele afirma que para um evento, ou objeto,

³ Donald Davidson, «Mental Events,» reprinted in *Essays on Actions and Events* (Oxford: Oxford University Press, 1980).

ter uma propriedade mental ele tem de ter uma ou outra de suas propriedades físicas realizadoras.

A múltipla realizabilidade do mental levou muitos filósofos a pular na onda do fisicalismo de token. Mas isso é um erro; pois o fisicalismo de token é totalmente silente sobre o importante insight concernente às relações psicofísicas tipo-tipo que estão contidas na tese da múltipla realização. Algo como o fisicalismo de tipos múltiplos me parece mais próximo da ontologia correta da mente para aqueles que levam a múltipla realização a sério.

E quanto ao reducionismo mente-corpo? Novamente, o fisicalismo token é insatisfatório aqui porque nega categoricamente qualquer relação reducionista entre o mental e o físico. Mas o que a múltipla realizabilidade física do mental nos diz é que podemos reduzir e explicar reducionistaamente cada e toda instância da propriedade mental M , mesmo que não possamos reduzir todas as instâncias M de uma vez. A menos que tipos físicos disjuntivos sejam adotados, não podemos reduzir M a algum P ; isso é implicado pela múltipla realizabilidade do mental. Mas isso está longe de ser toda a história sobre redução; que cada evento mental token é fisicamente redutível é um fato altamente significativo sobre a relação mente-corpo. Pode muito bem ser que algo como o fisicalismo de tipos múltiplos seja o que a maioria dos proponentes do fisicalismo de token, especialmente aqueles que foram movidos a adotá-lo por considerações sobre a realização múltipla, tenham em mente (embora Davidson não esteja entre eles).

Tudo isso pressupõe que o mental é “fisicamente realizado”. Isso é verdade? Devemos pensar na relação psicofísica tipo-tipo em termos de

“realização”? Várias questões surgem aqui: uma diz respeito a estados de “conteúdo amplo”; outra diz respeito à questão de se todos os estados mentais – em particular, estados fenomenais com conteúdo qualitativo – são corretamente vistos como realizados por seus substratos neurais. Como observado anteriormente, o fato (assumindo que é um fato) de que as propriedades mentais têm correlatos neurais não implica que elas sejam “realizadas” por estes últimos. Este é o caso mesmo se adicionarmos a suposição adicional de que as propriedades mentais dependem de seus correlatos neurais. O idioma de “realização” carrega consigo um comprometimento implícito com uma visão de mentalidade que tem sido intimamente associada ao funcionalismo, algo que nem todos aceitarão. Como vimos, os emergentistas, por exemplo, reconhecerão alegremente, como uma de suas reivindicações centrais, a tese de que todas as propriedades superiores, incluindo consciência e mentalidade, têm correlatos de nível inferior (“condições basais”) dos quais dependem, mas insistirão que as propriedades mentais, embora surjam e dependam de processos biológicos, permanecem irredutivelmente distintas deles como propriedades robustas por direito próprio, com seus próprios caracteres intrínsecos. A instanciação de uma propriedade mental na visão deles não *consiste na* instanciação de alguma propriedade de nível inferior em um contexto causal apropriado, como o funcionalista sustenta. A intuição que milita contra a posição funcionalista e seu idioma de “realização” concomitante é a mesma intuição que torna a explicação funcionalista de *qualia* e consciência tão insatisfatória para muitas pessoas.

Em última análise, é provável que enfrentemos a seguinte escolha: ou abraçamos a visão da realização e salvamos a causação mental, ou insistimos no status único e distinto das propriedades mentais, especial-

mente os qualia, mas estejamos preparados para desistir delas como poderes causais.⁴ O paradoxal sobre isso é que a escolha oferecida pode ser apenas uma ilusão de uma escolha, pois as duas opções podem, no final, entrar em colapso em uma. Se você escolher a primeira, você pode perder o que torna o mental distintamente mental; e de que adianta, alguém pode perguntar, se você salva a causação mental, mas acaba perdendo a mentalidade no processo? (A metáfora do Vietnã de salvar uma aldeia destruindo-a vem à mente.) Se você escolher o último, novamente você pode perder o mental, pois de que serve algo que é causalmente impotente? Por que deveríamos nos preocupar em salvar crença e desejo, ou qualia, se sua presença ou ausência não faz diferença para nada mais e não podemos usá-los para explicar nada? Ser real e ter poderes causais andam de mãos dadas. Portanto, parece que estamos diante de um beco sem saída. Talvez, seja isso que é realmente tão intratável sobre o problema da mente.

⁴ Frank Jackson, «Epiphenomenal Qualia» *Philosophical Quarterly* 32 (1982): 127-136. Veja-se também Terence Horgan, "Supervenient Qualia," *Philosophical Review* 96 (1987): 491-520.

Editoração e arte: Lílian Oliveira

Tipo: Corbel

Fonte: 11

04/07/2025

